



INSTITUTO FEDERAL GOIANO CAMPUS CERES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

WANDERLEY DOS SANTOS SOLÉO

**HISTÓRIA DA ESCOLA INDUSTRIAL DE TAGUATINGA E A FORMAÇÃO
PARA O TRABALHO, NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA**

WANDERLEY DOS SANTOS SOLÉO

**HISTÓRIA DA ESCOLA INDUSTRIAL DE TAGUATINGA E A FORMAÇÃO
PARA O TRABALHO, NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal, ofertado pelo *Campus Ceres* do Instituto Federal Goiano, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a Dr^a Fátima Suely Ribeiro Cunha

Coorientador: Prof. Dr. Jenerton Arlan Schütz

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Macroprojeto: História e memórias no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema Integrado de Bibliotecas do IF Goiano - SIBi**

S685h WANDERLEY DOS SANTOS, SOLÉO
HISTÓRIA DA ESCOLA INDUSTRIAL DE TAGUATINGA E
A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO, NO CONTEXTO DA
CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA / SOLÉO WANDERLEY DOS
SANTOS. CERES 2026.

84f. il.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Prof^ª Dr^ª Fátima Suely Ribeiro Cunha.

Coorientador: Prof. Dr. Jenerton Arlan Schütz.

Dissertação (Mestre) - Instituto Federal Goiano, curso de
0333244 - Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica (Campus Ceres).

1. Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na
Educação Profissional e Tecnológica (EPT).. I. Título.



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- ☐ Tese (doutorado)
☒ Dissertação (mestrado)
☐ Monografia (especialização)
☐ TCC (graduação)

- ☐ Artigo científico
☐ Capítulo de livro
☐ Livro
☐ Trabalho apresentado em evento

☐ Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

WADDERLEY DOS SANTOS SOLEO

Matrícula:

2023103332440024

Título do trabalho:

HISTÓRIA DA ESCOLA INDUSTRIAL DE TAGUATINGA E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: ☒ Não ☐ Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 24/09/2026

O documento está sujeito a registro de patente? ☐ Sim ☒ Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? ☐ Sim ☒ Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

BRASÍLIA

Local

24/09/2026

Data

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 14/2026 - DSPGPI-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

ATA Nº/ 125 DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às 13:00 (treze horas), reuniram-se os componentes da Banca Examinadora Profª. Dra. Fátima Suely Ribeiro Cunha (orientadora), Profª. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano (avaliadora interna) e Profª. Dra. Maria Denise Guedes (avaliadora externa), sob a presidência da primeira, em sessão pública realizada de forma online pelo Google Meet, para procederem à avaliação da defesa de Dissertação e do Produto Educacional, em nível de mestrado, de autoria de **Wanderley dos Santos Soléo**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres. Após a arguição dos membros da banca, chegou-se à conclusão que a Dissertação foi **APROVADA** e o Produto Educacional foi **APROVADO e VALIDADO**, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres.

Observações: Aprovado mediante adequações sugeridas pela banca, em especial em relação ao produto educacional e à alteração do título para "História da Escola Industrial de Taguatinga e a formação para o trabalho no contexto da construção de Brasília".

Profª. Dra. Fátima Suely Ribeiro Cunha
Presidente da Banca e Orientadora
Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos

Profª. Dra. Sangelita Miranda Franco
Avaliadora Interna
Instituto Federal Goiano – Campus Morrinhos

Profª. Dra. Maria Denise Guedes
Avaliadora Externa
Universidade Estadual Paulista



Documento assinado digitalmente
MARIA DENISE GUEDES
Data: 10/08/2026 11:17:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado eletronicamente por:

- **Fatima Suely Ribeiro Cunha**, **PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 28/04/2026 15:27:52.
- **Sangelita Miranda Franco Mariano**, **PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 28/04/2026 15:43:54.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 31/10/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 758969

Código de Autenticação: 8971613156



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Ceres
Rodovia GO-154, Km 03, SN, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000
(62) 3307-7100

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo analisar a trajetória da Escola Industrial de Taguatinga (EIT), no contexto da construção de Brasília, com foco na formação para o trabalho e em suas implicações na memória social da cidade. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter histórico-documental, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de fontes documentais e audiovisuais. Os dados foram examinados por meio da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2011), a partir de categorias definidas em diálogo com o referencial teórico e os objetivos da investigação. Os resultados indicam que a EIT desempenhou papel relevante na qualificação técnica de trabalhadores, atendendo às demandas produtivas do período, ao mesmo tempo, em que evidencia as contradições da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, especialmente, no que se refere aos limites da formação integral. A análise das fontes também revela tensões entre memória institucional e memória social, destacando processos de visibilidade e invisibilidade da classe trabalhadora na história da instituição. Como produto educacional, foi elaborado um vídeo institucional, com a finalidade de contribuir para o ensino da história da educação profissional e da formação dos trabalhadores no contexto da construção de Brasília.

Palavras-chave: Educação Profissional; Omnilateralidade; Escola Industrial de Taguatinga.

ABSTRACT

This dissertation aimed to analyze the trajectory of the Industrial School of Taguatinga (Escola Industrial de Taguatinga – EIT) within the context of the construction of Brasília, focusing on vocational training and its implications for the social memory of the city. The study adopted a qualitative approach of a historical-documentary nature, based on bibliographic review and the analysis of documentary and audiovisual sources. The data were examined through Content Analysis, according to Bardin (2011), using categories defined in dialogue with the theoretical framework and the research objectives. The results indicate that the EIT played a significant role in the technical qualification of workers, meeting the productive demands of the period, while also revealing the contradictions of Professional and Technological Education in Brazil, particularly regarding the limits of comprehensive education. The analysis of the sources also highlights tensions between institutional memory and social memory, emphasizing processes of visibility and invisibility of the working class in the history of the institution. As an educational product, an institutional video with a documentary character was developed, aiming to contribute to the teaching of the history of vocational education and worker training in the context of the construction of Brasília.

Keywords: Vocational Education; Omnilateral Education; Industrial School of Taguatinga.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Escolas do sistema de ensino na época da construção de Brasília	37
Quadro 2 – Produção acadêmica sobre a EIT e temas correlatos	39
Quadro 3 – Fontes empíricas do corpus documental e audiovisual	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Documentário João de Arimatéia	9
Figura 2 - Frente da Escola Industrial de Taguatinga.....	25
Figura 3 - Ata de Instalação da Fundação educacional do Distrito Federal.....	33
Figura 4 - Esquema da triangulação de fontes na análise documental da Escola Industrial de Taguatinga (EIT)	47
Figura 5 - Linha do tempo institucional da EIT/CEMEIT	52
Figura 6 - Estudantes da Escola Industrial de Taguatinga	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEMEIT	Centro de Ensino Médio Escola Industrial de Taguatinga
EIT	Escola Industrial de Taguatinga
DF	Distrito Federal
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IF GOIANO	Instituto Federal Goiano
NOVACAP	Nova Capital da Nova Capital do Brasil
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 PERGUNTAS DE UM TRABALHADOR QUE LÊ:	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA E MARCOS DA EPT NO BRASIL	14
2.2 ENTRE FORMAÇÃO TÉCNICA E FORMAÇÃO INTEGRAL: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	17
2.3 TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO	20
2.3.1 Alienação no Capitalismo	23
2.4 A MEMÓRIA SOCIAL: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA	26
2.5 O PATRIMÔNIO CULTURAL: UM CAMPO DE DISPUTA.....	27
3 A PESQUISA DOCUMENTAL: A ESCOLA INDUSTRIAL DE TAGUATINGA ..	30
3.1 A CRIAÇÃO DA EIT E FINALIDADES	30
3.2 EDUCAÇÃO EM BRASÍLIA	33
3.3 ESCOLA INDUSTRIAL DE TAGUATINGA: MEMÓRIA, DOCUMENTOS E RESISTÊNCIA	38
3.4 O TRABALHO NA EIT	41
4 CAMINHOS METODOLÓGICOS	43
4.1 PRIMEIRA ETAPA: REFERENCIAL TEÓRICO	43
4.2 SEGUNDA ETAPA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	43
4.3 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS: BARDIN E TRIÂNGULAÇÃO DE FONTES DOCUMENTAIS	44
4.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS E LIMITAÇÕES EM RELAÇÃO ÀS PUBLICAÇÕES	47
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	49
5.1 A HISTÓRIA DA EIT E SUA IMPORTÂNCIA PARA A CIDADE DE TAGUATINGA	49
5.2 VISIBILIDADE DO OPERÁRIO CANDANGO	53
5.2.1 Contribuições Formativas da EIT	56
5.3 ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA DA EIT	59
5.3.1 Escola Industrial de Taguatinga: Sua Memória Institucional, Administrativa E Social.....	59
5.4 O GOVERNO, A COMUNIDADE ESCOLAR E A DISPUTA PELO PATRIMÔNIO DA ESCOLA INDUSTRIAL DE TAGUATINGA	62
6 PRODUTO EDUCACIONAL	69
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
8 REFERÊNCIAS	74
9 APÊNDICES – PRODUTO EDUCACIONAL (VÍDEO)	78
10 ANEXOS.....	80
ANEXO I – TERMO DE COMPROMISSO DOS PESQUISADORES	80
ANEXO II – CARTA DE ANUÊNCIA CEMEIT	81
ANEXO III – CARTA DE REVISÃO ORTOGRÁFICA	82

1 INTRODUÇÃO

1.1 PERGUNTAS DE UM TRABALHADOR QUE LÊ:

Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas?

Nos livros estão nomes de reis;

Os reis carregaram as pedras?

E Babilônia, tantas vezes destruída,

Quem a reconstruía sempre?

Em que casas da dourada Lima viviam aqueles que a construíram?

No dia em que a Muralha da China ficou pronta,

Para onde foram os pedreiros?

A grande Roma está cheia de arcos-do-triunfo:

Quem os erigiu? Quem eram aqueles que foram vencidos pelos cézares?

Bizâncio, tão famosa, tinha somente palácios para seus moradores?

Na legendária Atlântida, quando o mar a engoliu, os afogados continuaram a dar ordens a seus escravos.

O jovem Alexandre conquistou a Índia.

Sozinho?

César ocupou a Gália.

Não estava com ele nem mesmo um cozinheiro?

Felipe da Espanha chorou quando sua armada naufragou. Foi o único a chorar?

Frederico 2º venceu a Guerra dos Sete Anos.

Quem partilhou da vitória?

A cada página uma vitória.

Quem preparava os banquetes?

A cada dez anos um grande homem.

Quem pagava as despesas?

Tantas histórias,

Tantas questões

(Berthold Brecht, 1935)

Quem construiu Brasília? Juscelino Kubitschek? Oscar Niemeyer? Os arquitetos? As obras, os grandes feitos, costumam ter holofotes políticos, como se

os operários, serventes, as famílias, a classe trabalhadora não existisse, ou não fosse do interesse da elite valorizá-la. Em “Perguntas de um Trabalhador que Lê”, Brecht (1935) faz a reflexão sobre a invisibilidade daqueles que, na maior parte da história, são responsáveis diretos pelos feitos, mas subvalorizados pelos seus trabalhos. Sendo filho de candango¹, que veio para Brasília em busca de oportunidades, ouvi várias histórias contadas por minha mãe, em relação às dificuldades da vida no sertão nordestino, muita fome, com o comércio funcionando às vezes por meio de trocas, região de muita seca, impossibilitando de colher qualquer coisa que se plantasse.

Em consequência disso, algumas tragédias vividas, como a morte, por desnutrição, de irmãos que nem conheci, no trajeto do abandono da própria terra em busca da sobrevivência. Assim, começa a história da minha família que, por falta de opção, veio para Brasília, como milhares de outros trabalhadores. Por acreditarem em uma condição de vida melhor, com educação e possibilidade de sobrevivência, meus pais embarcam no “pau de arara” rumo ao sonho encantado da nova capital.

Após essa contextualização, é importante dissertar um pouco sobre minha área de atuação na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Durante 18 anos, trabalhei na produção de conteúdo didático no formato de audiovisual para utilização em sala de aula. Um dos vídeos produzidos, por volta do ano de 2014, conta a história de João de Arimatéia, (Figura 1) e consiste em uma entrevista ficcional cujo cenário é a fachada de uma moradia típica da cidade de Brasília, na década de 1960/70, e como personagem o Sr. João de Arimatéia, trabalhador negro que rememora - uma década depois – sua participação na construção de Brasília, entre 1956 e 1960.

O filme apresenta um panorama imagético sobre o tema, referenciado pela utilização de fontes documentais diversas, com destaque especial aos relatos orais, carteiras de trabalho, cinejornais e fotografias da época. Nesse vídeo, no qual interpreto um dos personagens, são relatadas diversas situações vividas pelo operário na construção de Brasília, e o qual não se destacou junto às elites da mídia na época.

¹ Silva (1985) define candango como o termo pelo qual ficaram conhecidos os operários que trabalharam na obra de construção da nova capital.

Figura 1: Documentário João de Arimatéia



Fonte: SUMTEC/COMIED/Canal E - TV Educativa da SEDF

A interpretação de João de Arimatéia, personagem negro, suscitou em mim um movimento de retorno às reminiscências e, inevitavelmente, às lembranças de meu pai, trabalhador da administração pública do Distrito Federal. Homem dedicado ao trabalho, dificilmente, se ausentava de suas atividades laborais, não apenas por seu compromisso profissional, mas também pelo temor constante de perder o emprego. Esse sentimento era acentuado pelas recorrentes ameaças de dispensa proferidas por seu superior hierárquico, um homem branco que, em meados dos anos 1980, parecia compreender a relação de trabalho a partir de uma lógica de autoridade marcada pela possibilidade de “mandar e desmandar” sobre um trabalhador negro e analfabeto.

Essa lembrança pessoal ganhou novos contornos, quando confrontada com o conteúdo do vídeo institucional, que apresenta aspectos do cotidiano dos moradores do acampamento da Vila Planalto durante o regime militar. Ao abordar os costumes, as práticas de lazer, as condições materiais de existência, o racismo e, sobretudo, as relações estabelecidas com as instituições públicas, o registro audiovisual permite compreender como as desigualdades sociais e raciais se articulavam às experiências cotidianas daquela comunidade.

Por meio dessa experiência e, por acompanhar, durante um bom tempo, o trabalho de história oral no Arquivo Público do Distrito Federal, interessei-me pela história dos operários que migraram para o Centro-Oeste e passaram a trabalhar na construção da capital federal. Esse trabalho serviu de inspiração para entender melhor como aconteceu a formação dos trabalhadores, posto que “Brasília, sendo uma cidade com poucos anos de existência quando comparada a tantas outras do Brasil, possui poucos registros dos fatos ocorridos na esfera educacional, se consideramos os anos precedentes à sua construção e até mesmo do período posterior” (Reis; Cordeiro, 2020, p. 161).

A história da construção de Brasília tem sido, amplamente, narrada a partir de uma perspectiva que privilegia os projetos políticos e econômicos que viabilizaram a transferência da capital, frequentemente, destacando o ideário desenvolvimentista do período. No entanto, essa narrativa tende a secundarizar a experiência social dos trabalhadores que participaram diretamente desse processo, especialmente, no que se refere às suas condições de vida, acesso à educação e formas de inserção no mundo do trabalho.

Estudos de Ribeiro (2008) indicam que, grande parte desses trabalhadores, foi inserida em atividades laborais intensivas, com jornadas extensas e pouca possibilidade de acesso à educação formal, o que evidencia a centralidade do trabalho na organização de suas vidas e na produção do espaço urbano de Brasília.

Diante dessas condições históricas e sociais, esse cenário deixa evidente que o processo de construção de Brasília esteve marcado por profundas desigualdades, nas quais a formação dos trabalhadores foi subordinada às demandas produtivas, em detrimento de uma perspectiva formativa mais ampla. Tal configuração revela que a educação, quando presente, esteve, frequentemente, orientada à adaptação às exigências do trabalho e não à formação integral dos sujeitos.

Assim sendo, torna-se necessário problematizar como as instituições de educação profissional se inseriram nesse contexto histórico e quais as concepções de formação se constituíram a partir dessas experiências. É a partir dessa problematização que se coloca a seguinte questão de pesquisa: como a memória institucional e social da Escola Industrial de Taguatinga revela as tensões e contradições da formação profissional no contexto da construção de Brasília?

Para responder a essa questão, é preciso olhar com mais atenção para o lugar que a educação profissional ocupa na vida desses sujeitos, principalmente, no que diz respeito às formas como se inserem no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, torna-se importante considerar que essa formação não acontece de forma neutra, ela é atravessada por tensões permanentes entre as exigências da produção e a perspectiva de uma formação humana mais ampla e integral (Frigotto, 1996; Saviani, 2007).

Assim, investigar a trajetória da Escola Industrial de Taguatinga (EIT) mostra-se relevante na medida em que permite deslocar o olhar da história oficial para uma dimensão social e educacional, ainda, pouco explorada, destacando o papel das instituições de ensino na formação para o trabalho em um momento marcado por transformação urbana e econômica.

Diante desse panorama, esta pesquisa objetivou analisar, com base nas produções acadêmicas recentes e em fontes documentais, a trajetória histórica da Escola Industrial de Taguatinga, focalizando a formação para o trabalho, durante e após a construção de Brasília, visando a compreender as interpretações acerca da atuação da instituição na formação do trabalhador, na memória social da cidade de Taguatinga e em seu processo de reconhecimento como patrimônio cultural.

No desdobramento, foram definidos como objetivos específicos: situar historicamente a criação e o desenvolvimento da ETI; analisar como a formação para o trabalho aparece nas produções acadêmicas e fontes documentais, especialmente, no que se refere à relação da escola com a construção de Brasília e com a educação destinada dos trabalhadores migrantes; investigar como a memória da instituição é construída nos referenciais analisados, comparando registros institucionais, documentos normativos e narrativas públicas ou comunitárias; interpretar as tensões entre formação profissional, memória social e reconhecimento patrimonial presentes na trajetória da ETI. E por fim, produzir um vídeo institucional documental com o objetivo de socializar a história da Escola Industrial de Taguatinga e sua relação com a formação profissional, o trabalho e a memória social.

O referencial teórico que sustenta a pesquisa articula as categorias trabalho, educação e memória social, a partir das contribuições de Frigotto (1996), Saviani (2007) e Ciavatta (2005a), permitindo compreender a educação profissional em suas dimensões histórica, social e formativa. Para a análise dos dados, foi utilizada a

Análise de Conteúdo de Bardin (2011), entendida como procedimento metodológico para interpretação das fontes documentais.

A investigação foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, com base em levantamento bibliográfico e análise documental, considerando diferentes tipos de fontes, como documentos institucionais, decretos, registros públicos, material midiático e registros audiovisuais.

O *corpus* de análise é constituído pelos enunciados presentes nos documentos e registros, a partir dos quais são identificadas as interpretações acerca da formação, do trabalho e da memória institucional.

Seguindo a técnica proposta por Bardin (2011), as categorias foram definidas em diálogo com os objetivos específicos da pesquisa, visando a assegurar a coerência entre o referencial teórico, o *corpus* documental e os procedimentos analíticos.

Dessa forma, foram estabelecidas quatro categorias analíticas. A primeira, intitulada “Constituição histórica da Escola Industrial de Taguatinga no contexto da formação para o trabalho”, está relacionada ao objetivo específico de situar historicamente a criação e o desenvolvimento da Escola Industrial de Taguatinga, a partir da análise de documentos institucionais e produções acadêmicas, os contextos sociais, educacionais e políticos que marcaram sua implantação e transformação ao longo do tempo.

A segunda categoria, “Visibilidade e invisibilidade do operário candango”, relaciona-se ao objetivo de analisar como a formação para o trabalho aparece nas produções acadêmicas e fontes documentais, principalmente, no que se refere à relação da escola com a construção de Brasília e com a educação destinada dos trabalhadores migrantes.

A terceira categoria, “Memória social da Escola Industrial de Taguatinga”, articula-se ao objetivo de investigar como a memória da instituição é construída nos referenciais analisados, comparando registros institucionais, documentos normativos e narrativas públicas ou comunitárias.

A quarta categoria, “Disputa pelo patrimônio e reconhecimento institucional”, busca interpretar as tensões entre formação profissional, memória social e reconhecimento patrimonial presentes na trajetória da Escola Industrial de Taguatinga.

Assim, esta dissertação está estruturada em cinco seções, incluindo a Introdução, considerada a primeira seção.

A segunda seção trata do referencial teórico que fundamenta a pesquisa, abordando as categorias centrais relacionadas à educação profissional e tecnológica, ao trabalho como princípio educativo e à memória social, estabelecendo o diálogo com autores que sustentam a análise desenvolvida ao longo do estudo. O referencial teórico está ancorado nos estudos de Frigotto (1996), Ciavatta (2005a), Saviani (2007) e Kuenzer (2007), cujas contribuições são centrais para a compreensão das relações entre educação, trabalho e sociedade. As categorias analíticas que permeiam o pensamento desses autores — como trabalho como princípio educativo, formação omnilateral, integração entre educação geral e técnica, e políticas públicas de educação profissional — constituem o eixo interpretativo da pesquisa.

A terceira seção apresenta o contexto histórico de criação e desenvolvimento da EIT, situando-a no cenário da construção de Brasília e das políticas educacionais do período, com destaque para as relações entre educação, trabalho e formação profissional.

A quarta seção descreve os caminhos metodológicos da pesquisa, explicitando a abordagem qualitativa, os procedimentos de levantamento bibliográfico e documental, bem como as estratégias analíticas adotadas para a interpretação das fontes.

A quinta seção apresenta e discute os resultados da pesquisa, em diálogo com os objetivos propostos, evidenciando as contradições da formação para o trabalho, as disputas em torno da memória institucional e social e os sentidos atribuídos à trajetória da EIT.

Por fim, o produto educacional, materializa o quinto e último objetivo específico e apresenta-se no formato audiovisual se caracterizando como um vídeo institucional documental, intitulado “História da Escola Industrial de Taguatinga e a formação para o trabalho no contexto da construção de Brasília”, seguido das conclusões e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão da trajetória da EIT exige o diálogo com referenciais teóricos que busquem iluminar, tanto o contexto histórico da EPT no Brasil, quanto os fundamentos que sustentam sua prática pedagógica. A fundamentação teórica, portanto, busca articular diferentes dimensões — histórica, social, cultural e educativa — que permitem situar a instituição em um campo mais amplo de disputas e significados.

2.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA E MARCOS DA EPT NO BRASIL

A EPT no Brasil tem suas origens no período colonial, quando práticas assistencialistas buscavam “ensinar ofícios” para as camadas mais pobres. Desde sua origem, a EPT no Brasil foi marcada por essas práticas refletindo as desigualdades sociais e as limitações impostas à classe trabalhadora, evidenciando sua vinculação histórica às desigualdades sociais.

Ao longo do tempo, essa modalidade passou por processos de institucionalização. O marco histórico foi com a criação das Escolas de Aprendizizes Artífices em 1909 e, posteriormente, reformas educacionais da Era Vargas que acompanharam as demandas da industrialização, representando os primeiros esforços de organização da educação profissional no país.

Nesse trajeto histórico, nota-se que a formação da EPT esteve diretamente relacionada às mudanças econômicas e às necessidades do processo de industrialização, o que ajudou a consolidar um tipo de formação focado, principalmente, na inserção no mercado de trabalho, se configurando, assim, como um campo de tensão entre as demandas sociais e interesses do capital.

Ao longo do século XX, a legislação consolidou a EPT como política pública. A Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942 e a criação de instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC destacaram a relevância da EPT para atender às demandas da industrialização nacional. No entanto, como aponta Kuenzer (2007), essas políticas frequentemente perpetuaram a lógica das desigualdades sociais, limitando as possibilidades de emancipação social e reforçando exclusões históricas.

Essas iniciativas, embora relevantes para a ampliação da formação técnica, também contribuíram para a consolidação de um modelo educacional marcado pela dualidade estrutural, no qual a formação destinada à classe trabalhadora se orientava, prioritariamente, para o exercício de funções operacionais. Ou seja, mesmo com esses avanços, a história da EPT continua sendo caracterizada por contradições, pois sua organização esteve frequentemente voltada para as demandas produtivas, o que limita a consolidação de uma formação integral dos indivíduos, de acordo com Frigotto (1996) e Kuenzer (2007).

Mais recentemente, a Lei nº 11.741/2008 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para estabelecer que a educação profissional e tecnológica se integra às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Essa articulação dialoga com a concepção de formação integrada discutida por Ciavatta (2005a). No entanto, persistem desafios para superar uma formação de caráter instrumental, ainda orientada pelas demandas do mercado, em detrimento de uma perspectiva de formação integral (Frigotto, 1996; Kuenzer, 2007).

Nesse sentido, compreender a trajetória histórica da Educação Profissional e Tecnológica torna-se fundamental para analisar, no contexto desta pesquisa, o papel da Escola Industrial de Taguatinga na formação para o trabalho durante a construção de Brasília.

Conforme exposto anteriormente, apesar dos avanços institucionais, a Educação Profissional e Tecnológica ainda enfrenta desafios relacionados à superação de uma concepção formativa marcada pela fragmentação entre teoria e prática e pela centralidade nas demandas imediatas do mercado de trabalho. Conforme discutem Frigotto (1996) e Kuenzer (2007), a organização histórica da educação profissional no Brasil esteve, em grande medida, orientada por uma lógica funcionalista, voltada à preparação de mão de obra, o que limita a construção de uma formação integral.

Nesse contexto, os desafios da EPT não se restringem às condições materiais ou estruturais, mas envolvem a necessidade de reconfiguração das práticas pedagógicas e curriculares, de modo a articular trabalho, ciência e cultura em uma perspectiva crítica e emancipadora.

Como explicitado acima, a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, seguida pelas reformas educacionais da Era Vargas, representaram os

primeiros esforços de institucionalização da educação profissional. Contudo, sua trajetória histórica evidencia a permanência de práticas assistencialistas e de uma formação orientada às demandas produtivas, em detrimento de uma formação integral e emancipatória.

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e, posteriormente, da inclusão da educação tecnológica pela Lei 11.741/2008, a EPT começou a ser repensada. Essas mudanças buscaram integrar trabalho, ciência e tecnologia, promovendo maior equidade e acessibilidade no ensino técnico. Iniciativas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC ampliaram a oferta de educação profissional, especialmente para populações historicamente marginalizadas, mas ainda enfrentam desafios para superar o modelo funcionalista discutido anteriormente.

Apesar das limitações históricas, a EPT desempenha papel fundamental na inclusão social e na redução das desigualdades no Brasil. No entanto, como aponta Frigotto (1996), para alcançar uma verdadeira transformação, é necessário superar a fragmentação entre educação e trabalho, promovendo um modelo de ensino técnico que articule formação técnica, ciência e tecnologia, na perspectiva da politecnia².

Para analisar as contradições que permeiam a trajetória histórica da EPT, é necessário compreender os fundamentos teóricos que sustentam a relação entre trabalho e educação, principalmente, no contexto da sociedade capitalista. Nesse sentido, o referencial teórico desta pesquisa se fundamenta na articulação entre trabalho, educação e sociedade, tendo como base autores como Saviani (2007), Ciavatta (2005a, 2003), Lukács (2013), entre outros. Esse marco teórico aborda a relação histórica e filosófica entre trabalho e educação, destacando o conceito de trabalho como princípio educativo e suas implicações no contexto da sociedade capitalista.

A ontologia do trabalho, conforme Lukács (2013), apresenta o ser humano como um ser social cuja existência está ligada à produção material e simbólica de sua realidade. Para Marx (2004), o trabalho é a atividade que define o ser social, mediando a relação entre o homem e a natureza, transformando ambos nesse

² Saviani (2007) diz que a concepção de politecnia, articula ciência, técnica e cultura, tendo o trabalho como princípio educativo e visando à formação omnilateral do ser humano.

processo. Saviani (2007) complementa que o trabalho se constitui como princípio educativo fundamental, na medida em que permite ao sujeito compreender e transformar a realidade, articulando diferentes dimensões da formação humana.

No entanto, conforme discutido por Marx (2004); Lukács (2013) e Frigotto (1996), sob a lógica do sistema hegemônico vigente, essa dimensão educativa do trabalho é desvirtuada. A alienação e a mercantilização do trabalho desumanizam o trabalhador, desconectando-o de sua essência humana e privando-o de sua capacidade de emancipação, que segundo Frigotto (1996) a educação emancipatória é aquela que rompe com a lógica de mera formação de mão de obra subordinada ao capital, buscando formar sujeitos críticos, capazes de compreender e transformar a realidade social. O trabalhador, reduzido a uma engrenagem no sistema produtivo, perde a autonomia e a possibilidade de apropriação plena de sua condição humana. Essa contradição é crucial para entender como a educação profissional se estruturou no Brasil, frequentemente priorizando os interesses do capital e negligenciando uma formação integral e emancipadora.

2.2 ENTRE FORMAÇÃO TÉCNICA E FORMAÇÃO INTEGRAL: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Esta seção aborda as tensões entre formação técnica e formação integral, com ênfase no papel da Escola Industrial de Taguatinga (EIT) no contexto da construção de Brasília. A instrumentalização da educação para atender às demandas imediatas do mercado e a alienação do trabalho aparecem como temas centrais, refletindo os desafios de um período marcado pela industrialização crescente no Brasil e no mundo.

Essa tensão é aprofundada por Ramos (2007), ao discutir a dualidade entre formação técnica e formação integral que, historicamente, marca a educação brasileira. Para a autora, a educação profissional não pode se limitar a atender às demandas econômicas, ela deve promover uma formação que possibilite ao trabalhador compreender criticamente sua inserção na sociedade. A Escola Industrial de Taguatinga, nesse contexto, materializa essa *contradição*: ao mesmo tempo em que atende às necessidades de qualificação técnica, também se coloca como espaço de formação cidadã.

A história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil reflete as contradições entre o desenvolvimento de habilidades práticas e a promoção de uma formação integral. Desde os tempos coloniais, práticas como o "ensinar a trabalhar" foram destinadas às camadas mais pobres, reforçando desigualdades sociais. Profundamente marcadas por exclusão, buscavam apenas capacitar trabalhadores para atividades operacionais, conforme afirmam Batista e Müller (2021). Isso reforça que a educação profissional esteve associada à reprodução das desigualdades sociais.

A EPT no Brasil sempre esteve marcada por uma dualidade: de um lado, a formação técnica voltada para atender às demandas produtivas; de outro, a formação integral, que busca desenvolver sujeitos críticos e conscientes. Kuenzer (2007, p. 81) problematiza essa dicotomia e propõe a integração entre ambas ao afirmar que “a formação integral implica superar a fragmentação entre trabalho manual e trabalho intelectual, articulando ciência, cultura e técnica em um mesmo processo educativo”. Essa definição sintetiza o referencial adotado nesta pesquisa.

Com o advento da Revolução Industrial, o foco na produtividade gerou uma necessidade crescente de aprimoramento técnico. Como vimos, no Brasil, a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, foi um marco inicial na institucionalização da EPT. Essas escolas ofertavam ensino técnico-prático voltado à formação de operários e contramestres, embora enfrentassem desafios relacionados à falta de infraestrutura e qualificação docente (Silva e Ciasca, 2021). Isso evidencia que a formação técnica foi historicamente orientada para atender demandas imediatas da produção.

Posteriormente, outras iniciativas, como os Liceus Profissionais, buscaram expandir a formação técnica, porém, frequentemente, com caráter assistencialista e limitado às demandas imediatas do mercado. Essa abordagem funcionalista era incapaz de promover uma formação integral que articulasse teoria, prática e emancipação social (Frigotto, 1996). A concepção de formação integral e formação técnica segundo Kuenzer (2007) evidencia a necessidade de superar a dualidade entre educação geral e profissional, mostrando como a instituição se tornou espaço de articulação entre trabalho, cidadania e identidade social.

No contexto analisado, EIT constitui um exemplo emblemático das tensões inerentes à educação profissional. A instituição evidencia a dualidade entre a

formação técnica e a formação integral. Por um lado, a formação técnica respondeu às demandas imediatas do mercado industrial, preparando trabalhadores qualificados para atender às exigências produtivas da época. Por outro, a formação integral configurou-se como espaço de socialização, cultura e identidade comunitária, demonstrando que a prática pedagógica transcende o ensino de técnicas específicas, incorporando valores, cidadania e desenvolvimento humano. Isso mostra que a EIT se constitui como espaço de contradição entre diferentes projetos de formação. Essa experiência confirma a análise de Kuenzer (2007), ao indicar que a educação profissional adquire relevância apenas quando articulada à formação integral.

Nesse cenário, a EIT pode ser compreendida como um exemplo histórico da articulação entre educação profissional e demandas produtivas no contexto da construção de Brasília. Criada em um contexto de grandes demandas laborais, a EIT formava trabalhadores com habilidades específicas, como marcenaria e carpintaria, para suprir as necessidades imediatas do processo de construção de Brasília.

No entanto, as condições de trabalho no canteiro de obras podem ser interpretadas como reflexo de uma lógica funcionalista e hierárquica (Kuenzer, 2007; Frigotto, 1996) que prioriza a força humana sobre qualquer outra habilidade social ou cultural. Embora os operários demonstrassem solidariedade e senso de comunidade, seu treinamento era direcionado ao cumprimento de ordens e prazos, reforçando o caráter desumanizador da relação entre trabalho e educação no contexto da sociedade (Marx, 2004; Kuenzer, 2007).

A leitura da trajetória da EIT, à luz dessa perspectiva, revela que formação técnica e formação integral não devem ser compreendidas como dimensões antagônicas, mas como componentes complementares de um mesmo processo educativo. Desse modo, a instituição exemplifica como a educação profissional, quando integrada a uma formação humana ampla, contribui não apenas para a qualificação da mão de obra, mas também para a constituição de sujeitos críticos social e politicamente.

Ao ser criada para atender às demandas da construção civil, a EIT oferecia cursos práticos em áreas como carpintaria, eletricidade, entre outros, mas sem fomentar uma reflexão crítica sobre as condições sociais e econômicas da época. Como destaca Frigotto (1996), uma educação verdadeiramente transformadora deve

superar a fragmentação entre teoria e prática, permitindo que o trabalhador compreenda e transforme sua realidade.

A criação da EIT, no contexto da expansão industrial do Distrito Federal, é um exemplo relevante para compreender a materialização das concepções educacionais na prática escolar. Essa perspectiva orienta-se pela formação de cidadãos capazes de interpretar e transformar a realidade social, concebendo a educação como processo integral que ultrapassa a preparação para o mercado de trabalho e incorpora valores éticos, políticos e culturais. Entretanto, historicamente, a formação técnica foi delineada de modo restrito, voltada, prioritariamente, para a preparação de mão de obra, desvinculada de uma formação humana mais ampla. Isso indica a permanência da dualidade educacional.

Como observa Kuenzer (2007, p. 45), “a educação profissional, em sua trajetória, esteve voltada principalmente para a preparação de mão de obra, desvinculada da formação humana mais ampla”. Esse enfoque, centrado em habilidades específicas e pragmáticas, reforçou a dualidade educacional ao separar saberes gerais dos saberes técnicos. Assim sendo, a trajetória da EIT revela-se como espaço privilegiado para compreender as contradições históricas da educação profissional no Brasil, evidenciando como a relação entre trabalho e educação no capitalismo se constrói em meio a disputas de projetos pedagógicos e políticos, ora direcionados à especialização da mão de obra, ora comprometidos com a formação integral dos sujeitos.

2.3 TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Ontologia é o ramo da filosofia que estuda os conceitos fundamentais relacionados à existência, ao ser e à realidade. Na perspectiva do materialismo-histórico e dialético, ao ampliar a compreensão filosófico-ontológica do ser social, considera-se o ser humano como ser social e histórico. Desse modo, tem-se o trabalho como categoria primordial para definição do ser social, pois “o resgate do sentido do trabalho, enquanto ontológico e fundante do ser social, é essencial na luta por uma nova forma de organização social em que o homem seja um ser emancipado das forças exploradoras do capital” (Pereira, Dolci e Costa, 2016, p.146).

Nessa direção, o trabalho, compreendido em sua dimensão ontológica, constitui a base da existência humana e das relações sociais, sendo elemento central na formação do ser social. A ontologia do trabalho permite compreender que o homem se constitui historicamente por meio da transformação da natureza e das relações que estabelece com outros sujeitos, o que confere ao trabalho um caráter fundante (Marx, 2004; Lukács, 2013).

O trabalho é um processo dialético envolvendo homem e natureza, transformando um ao outro, interagindo na sociedade. Nesse sentido, a ontologia do trabalho está centrada em compreender a ação humana não só apenas nas suas manifestações históricas ou sociais, mas também nas transformações que essa interação pode trazer junto ao sistema vigente.

Nessa direção, os seres humanos interagem com a natureza de forma diferente dos outros animais, pois ao suprirem suas necessidades básicas, criam novas necessidades por meio do trabalho para garantir sua existência, criando, assim a cultura humana e se humanizando.

É importante ressaltar que, na sociedade capitalista, temos a produção como característica mercantil, com a apropriação privada dos meios de produção, ou seja, tudo aquilo que se produz para além do sustento, passa para o controle privado, necessitando do Estado para controlar essa relação que, para Vieira e Feitosa (2018), aumenta, consideravelmente, as desigualdades da relação social sem a ativa intermediação do Estado e das políticas econômicas e sociais implementadas.

No âmbito da EPT, essa compreensão ganha centralidade ao evidenciar que o trabalho não pode ser reduzido à preparação técnica para o mercado, esse deve ser entendido como princípio educativo (Saviani, 2007), articulando teoria e prática e contribuindo para a formação integral dos sujeitos. Nessa direção, Frigotto (1996) reforça a necessidade de compreender o trabalho em sua dimensão formativa, superando sua redução às demandas imediatas do sistema produtivo.

Conforme Saviani (2007), o trabalho é um princípio educativo que transcende a mera instrução técnica. Ele articula teoria e prática, possibilitando uma formação ética, política e emancipatória. A partir de uma perspectiva ontológica, Lukács (2013) afirma que o trabalho é a atividade fundante da existência humana, sendo essencial para superação das relações sociais capitalistas.

Como destaca Monasta (2010), o princípio educativo deve ser entendido como a capacidade da escola de articular o saber técnico ao desenvolvimento humano, superando a visão utilitarista que reduz a educação à preparação imediata para o mercado de trabalho. Nesse contexto, a escola industrial se insere em um debate mais amplo sobre a função social da educação, tensionada entre a lógica produtiva e a emancipação.

Ciavatta (2005) contribui para essa reflexão ao enfatizar a importância da memória social do trabalho como elemento constitutivo da identidade das instituições escolares. A autora argumenta que compreender a história da educação profissional exige recuperar as experiências dos trabalhadores e suas práticas sociais, pois é nesse entrelaçamento que se revela o papel da escola na reprodução e transformação das relações de trabalho.

Na perspectiva de ser social, o trabalho deixa de ser individual e passa a ser da coletividade e essa produção, fruto do esforço de várias pessoas, enfrenta a elite da sociedade que se apoia na necessidade de apropriar-se do esforço humano coletivo e, assim agindo, acredita na alienação³ do trabalhador no que se refere a importância da sua ação como ser social. Conforme afirmam Vieira e Feitosa (2018) temos o trabalho alienado em relação ao seu trabalho, fruto da produção do mesmo e dos demais seres humanos. Cria-se uma tensão entre os meios de produção e os trabalhadores, cabendo aqui a compreensão do trabalho como elemento não apenas de sobrevivência, mas também como agregador de mudança social e, assim caracterizado, torna-se o principal fator para o embate contra a sociedade atual.

As forças produtivas, compostas por tecnologia, máquinas, recursos naturais e, sobretudo, pelo ser humano com sua inteligência e energia criativa, moldam as relações sociais de produção. A partir dessa organização e da sua interação social é que chegamos às relações sociais de produção, a partir daí, tira-se o sustento. Como se observa em Pasqualli (2022, p. 96):

Um período marcante, no processo histórico e que muda radicalmente o caráter do trabalho, ocorreu durante a mudança do modo de produção feudal para o sistema de trocas. A revolução industrial e a ascensão da burguesia como classe hegemônica introduziram a máquina e, com ela, a produção de excedentes de tal monta que se configurou a sociedade de mercado e a formação dos grandes centros urbanos.

O trabalho contribui significativamente para o processo formativo no âmbito da EPT, visto que ele não apenas integra conhecimentos e habilidades práticas, como também promove a formação integral do indivíduo, conectando os conceitos teóricos ao cotidiano. Frigotto (1996) enfatiza que a educação deve articular ciência, cultura e trabalho, reconhecendo essas dimensões como qualificadoras da vida humana e essenciais para o desenvolvimento pleno do ser social.

Sob uma perspectiva histórica da relação entre trabalho e educação, a análise da EIT evidencia como, em nível local, se materializaram os embates que atravessam a educação profissional brasileira, indicando uma instituição que, em sua prática e memória, evidencia os dilemas de uma sociedade que oscila entre formar trabalhadores ajustados às exigências produtivas e sujeitos capazes de intervir criticamente na realidade; assim sendo, estudar sua trajetória significa compreender os caminhos e descaminhos da educação profissional no país, reconhecendo que sua memória não se limita ao âmbito institucional, mas se vincula também às experiências sociais e às trajetórias de vida dos sujeitos que nela se formaram.

Assim, ao se compreender o trabalho como categoria ontológica e como princípio educativo, fica evidente que sua dimensão formativa não se realiza inteiramente nas relações capitalistas, nas quais o trabalho é subordinado à lógica da produção de valor, limitando seu potencial emancipatório. Nesse contexto, a alienação emerge como expressão dessas contradições, sendo aprofundada na seção seguinte.

2.3.1 Alienação no Capitalismo

No contexto das relações capitalistas, o trabalho passa a assumir uma forma alienada, na medida em que o trabalhador é, progressivamente, afastado do produto de sua atividade, do processo produtivo e de sua função social, sendo reduzido à condição de mercadoria (Vieira; Feitosa, 2018). Essa alienação é um fenômeno central no sistema capitalista, no qual o capital organiza todas as relações de trabalho em torno da mercantilização. Como destacam Novaes, Macedo e Castro (2019), o salário torna-se o preço do trabalho, regulado pelo valor de troca,

evidenciando como a força de trabalho é apropriada privadamente para atender à lógica da mais-valia³.

Nesse contexto, o trabalho tende a ser compreendido mais como uma ferramenta para a reprodução do sistema capitalista, onde o lucro prevalece sobre qualquer outra consideração. Para Vieira e Feitosa (2018, p. 5), “esse modo de produção também gera a banalização do humano, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso”⁴. Essa indiferença reforça a necessidade de intervenção estatal para minimizar as contradições estruturais entre capital e trabalho, instituindo direitos sociais conquistados por meio de lutas da classe trabalhadora, para minimizar as contradições das relações entre capital e trabalho. Vale lembrar que o Estado cumpre uma função essencial para o processo de produção e reprodução do capital. Ou seja, ora é chamado para intervir na economia, como o foi no Estado de Bem-Estar Social, ora é convidado a se retirar da função de interventor, deixando o comando das relações sociais nas mãos do mercado, como ocorre no contexto do Neoliberalismo, assumindo a função de Estado mínimo.

A compreensão ontológica do trabalho sugere que ele é fundante do ser social, pois, além de transformar a natureza, constitui o homem enquanto indivíduo e integrante da totalidade social (Pereira; Dolci e Costa, 2016). No entanto, sob a lógica capitalista, essa dimensão transformadora do trabalho é distorcida, alienando o trabalhador e restringindo seu potencial emancipatório.

A alienação se manifesta, de forma particularmente intensa, na educação, a qual, em muitos casos, é estruturada para reproduzir as demandas do mercado. Del Roio (2015) destaca que, no capitalismo, o produto do trabalho não é resultado de uma necessidade ou realização pessoal, mas algo alheio e estranho ao trabalhador. Essa dinâmica antagoniza a emancipação dos indivíduos, comprometendo o papel do trabalho como princípio educativo.

No caso dos trabalhadores envolvidos na construção de Brasília, a alienação era evidente. Muitos operários, sem qualificação formal, aprendiam as tarefas diretamente nos canteiros de obras, trabalhando em condições precárias e

³ **Mais-valia** é definida por Karl Marx como “a diferença entre o valor final da mercadoria produzida e a soma do valor dos meios de produção e do valor do trabalho” (*O Capital*, 1867)

⁴ Marx afirma que “a utilidade de uma coisa fá-la um valor de uso. O valor de troca aparece, antes de mais, como a relação quantitativa, a proporção na qual os valores de uso de uma espécie se trocam por valores de uso de outra espécie” (*O Capital*, Livro I, 1867)

submetidos a jornadas extenuantes. Como relata Oliveira (2020), a prática da “virada”, em que operários trabalhavam dia e noite, ininterruptamente, era comum, impulsionados pela necessidade de aumentar os rendimentos em um sistema que priorizava o pagamento por hora trabalhada.

A EIT foi criada para atender às demandas do projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, um programa econômico com 31 metas, focado em cinco setores principais - energia, transportes, indústria de base, alimentação e educação - , formando filhos de operários em cursos práticos voltados para a construção da nova capital (Oliveira, 2020). Entretanto, essa formação técnica evidencia uma aproximação com uma lógica funcionalista, priorizando o treinamento para atender às necessidades imediatas do mercado.

Embora a EIT tenha desempenhado papel importante no treinamento técnico, sua abordagem pode ser entendida como um instrumento que contribui para a reprodução de processos de alienação do trabalhador, ao negligenciar a formação integral e crítica dos indivíduos (Saviani, 2007). Os cursos oferecidos focavam, exclusivamente, em tarefas operárias, sem promover uma reflexão sobre as condições sociais e culturais dos trabalhadores. Como resultado, a escola acabava por reproduzir a lógica do capital, em vez de promover a emancipação dos estudantes.

Figura 2 – Frente da Escola Industrial de Taguatinga



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

A construção de Brasília, embora marcada por um discurso de modernização e progresso, evidencia condições de exploração dos trabalhadores em benefício do sistema capitalista. O trabalho desses operários, mais que uma contribuição para o

desenvolvimento do país, pode ser compreendida como parte de uma engrenagem que contribui para a consolidação de uma estrutura econômica desigual. Nesse cenário, a alienação social não apenas distanciava os trabalhadores de sua produção, como também comprometia seu desenvolvimento humano integral, desconsiderando o trabalho como uma dimensão fundante e transformadora.

À luz desse referencial, a análise documental da EIT foi organizada pelos eixos: historização, memória, visibilidade, patrimônio e contribuições formativas.

2.4 A MEMÓRIA SOCIAL: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

Com base em Ciavatta (2002), parte-se do pressuposto de que a memória social é construída coletivamente, vinculada às práticas sociais e às instituições e se fixa em elementos tangíveis que funcionam como suportes simbólicos da experiência coletiva. Dessa forma, a memória não é apenas lembrança individual, mas também um processo social que se enraíza em objetos, gestos, imagens e lugares, moldando identidades e relações de poder.

Assim, a memória não pode ser reduzida ao plano individual, pois está sempre atravessada por relações sociais e políticas. Ciavatta (2002) distingue memória e história: enquanto a memória está ligada ao vivido e ao simbólico, a história busca continuidades temporais e explicações racionais. Nesse sentido, a memória social é dinâmica, marcada por disputas de narrativas e pela seleção do que deve ser lembrado ou esquecido.

Ciavatta (2003) analisa a escola e o trabalho como lugares privilegiados de construção da memória social. A autora observa que muitas instituições educativas preservam pouco, além de documentos burocráticos, como matrículas e notas, o que limita a memória social da educação. Por outro lado, práticas orais de professores e trabalhadores reforçam a dimensão viva da memória, ainda que frágil em termos de registro documental.

Essa perspectiva mostra que a memória social é fundamental para compreender a formação de identidades coletivas, especialmente, no campo da educação e do trabalho, onde se acumulam experiências que moldam trajetórias individuais e coletivas. A memória social, conforme Ciavatta (2003), não é neutra,

ela pode ser utilizada para legitimar narrativas dominantes ou, ao contrário, para afirmar identidades subalternas.

Assim sendo, a memória é também um instrumento de poder, capaz de moldar a memória coletiva e reforçar ou contestar hegemonias culturais. O processo de construção da memória envolve igualmente o esquecimento. Como destaca Nora (1993), lembrar implica selecionar, e essa seleção implica disputas de poder sobre o que deve ser preservado e o que deve ser silenciado.

No caso do Centro de Ensino Médio Escola Industrial de Taguatinga (CEMEIT), antiga Escola Industrial, o resgate das narrativas de ex-alunos e professores fortalece sua identidade. A escola é símbolo da industrialização e da expansão educacional de Taguatinga, constituindo-se como espaço de pertencimento e memória compartilhada.

A análise da EIT à luz de Ciavatta (2005a) enfatiza que a memória social é elemento constitutivo da identidade institucional. Mais que um espaço de ensino, a escola representa um marco histórico que conecta gerações, legitima tradições e fortalece vínculos comunitários.

Desse modo, a memória social, ao envolver disputas sobre o que deve ser lembrado ou esquecido, articula-se diretamente com o processo de patrimonialização, entendido como forma de reconhecimento e legitimação cultural. É a partir dessa relação que se insere a discussão sobre o patrimônio no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

2.5 O PATRIMÔNIO CULTURAL: UM CAMPO DE DISPUTA

O patrimônio cultural é um campo de intensas disputas simbólicas e políticas. A patrimonialização, entendida como o processo de transformar bens culturais em patrimônio, não é uma prática neutra, mas carregada de intencionalidades. Para Castro e Tavares (2015), patrimonializar significa eleger determinados elementos da cultura como dignos de preservação, o que envolve escolhas que refletem relações de poder, memória coletiva e identidade social. Ou seja, para os autores, a patrimonialização é um processo socialmente construído e que ultrapassa a dimensão técnica ou administrativa. Ela envolve a produção de valores e significados a bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais. Assim,

patrimonializar é selecionar, legitimar e institucionalizar práticas culturais, o que implica tanto reconhecimento quanto exclusão. O patrimônio, portanto, não é apenas um conjunto de objetos ou manifestações preservadas, mas também um instrumento de poder que atua na construção da identidade nacional ou local.

Os autores supracitados (ibidem) enfatizam que esse processo está sempre atravessado por disputas de narrativas, em que diferentes grupos sociais buscam legitimar suas práticas e tradições. Ao eleger certos bens como patrimônio, o Estado e as instituições culturais reforçam determinadas narrativas históricas, muitas vezes, em detrimento de outras. Isso significa que a patrimonialização pode invisibilizar culturas populares, minoritárias ou subalternas, privilegiando aquelas que se alinham a interesses políticos e econômicos.

No Brasil há exemplos emblemáticos, tais como, o samba e o frevo como patrimônio imaterial e as práticas religiosas afro-brasileiras, que enfrentam resistência histórica para serem reconhecidas como patrimônio cultural. Esses exemplos indicam que a patrimonialização é permeada por disputas de poder e pela necessidade de afirmação identitária de grupos sociais.

Em síntese, para Castro e Tavares (2015), a patrimonialização não deve ser vista apenas como preservação cultural, mas também como mecanismo de poder que fortalece o Estado moderno, ao legitimar narrativas nacionalistas que contribuem como instrumento de exclusão social. Entretanto, ao mesmo tempo, pode ser apropriada por movimentos sociais como forma de resistência e afirmação identitária.

Assim, patrimonializar é também decidir o que será lembrado e o que será esquecido, o que coloca em evidência o caráter político do patrimônio. A memória coletiva, nesse contexto, é moldada por escolhas que refletem disputas de classe, etnia e poder. O conceito de patrimonialização, segundo Castro e Tavares (2015), sinaliza que o patrimônio cultural não é um dado natural, mas uma construção social e política. Significa selecionar, legitimar e institucionalizar práticas culturais, em um processo marcado por disputas de poder e memória. Reconhecer esse caráter crítico é fundamental para compreender os desafios contemporâneos da preservação cultural, especialmente no que diz respeito à inclusão de vozes historicamente marginalizadas.

Em relação à EIT, o processo de patrimonialização vincula-se ao reconhecimento institucional da trajetória da escola legitimando-se como patrimônio educacional e reforçando sua relevância histórica. A Escola é símbolo da industrialização e da expansão educacional de Taguatinga, consolidando-se como espaço de pertencimento e, essa patrimonialização da memória escolar, fortalece práticas pedagógicas que articulam o passado e presente, promovendo consciência histórica. Assim sendo, a memória institucional é mais que registro histórico: é patrimônio cultural que conecta gerações e legitima tradições (Castro; Tavares, 2015). Portanto, em relação ao objeto de estudo dessa pesquisa, preservar a memória social significa preservar parte da identidade social de Taguatinga e do Distrito Federal, reforçando o papel da escola como espaço de formação e de cultura.

A partir das discussões sobre memória social e patrimonialização, é possível compreender como esses processos se materializam em contextos reais. Nesse sentido, a análise da EIT permite observar, em nível local, as relações entre educação, trabalho e memória, evidenciando as contradições da EPT no Brasil.

3 A PESQUISA DOCUMENTAL: A ESCOLA INDUSTRIAL DE TAGUATINGA

Essa seção pesquisa documental sobre a EIT busca resgatar e interpretar aspectos centrais da trajetória dessa instituição, que se inserem no contexto da educação técnica em Brasília. A análise dos registros históricos permitirá compreender a criação da EIT e suas finalidades originais, situando-a no movimento mais amplo da educação na capital federal. Além disso, serão explorados os documentos e memórias que revelam a resistência da escola diante das transformações sociais e políticas, bem como o papel desempenhado pelo trabalho na EIT como elemento estruturante da formação profissional e da identidade comunitária.

3.1 A CRIAÇÃO DA EIT E FINALIDADES

Como vimos nas seções anteriores, a criação da EIT ocorreu em um cenário de intensa demanda por mão de obra qualificada para a construção de Brasília. Inserida no projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, a Escola pode ser compreendida como reflexo das limitações estruturais da EPT no Brasil, funcionando como uma instituição voltada para as necessidades imediatas da nova capital, alinhada à lógica produtivista da época.

Embora a educação seja hoje um direito constitucionalmente garantido, durante a construção de Brasília, ela foi privilégio de poucos. De acordo com Reis e Cordeiro (2020), a força de trabalho era composta, majoritariamente, por pessoas com pouca ou nenhuma formação, atraídas pela promessa de melhores condições econômicas. De acordo com os autores (ibidem), muitos operários tinham como objetivo inicial acumular recursos e retornar às suas cidades de origem para melhorar a condição de vida de suas famílias. Contudo, o avanço das obras e as demandas crescentes mantiveram esses trabalhadores em Brasília, frequentemente, em condições precárias, com pouco acesso à formação educacional para si mesmos ou para os filhos.

Em 1957, por meio de um convênio entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital da Nova Capital do Brasil - NOVACAP e o Ministério da Educação e Cultura (MEC), foi instalada a Escola de Ensino Industrial, formalmente, inaugurada

em 1959, no edifício construído em Taguatinga. A instituição foi concebida com base nas propostas de Anísio Teixeira que defendia a educação em tempo integral. Inicialmente, professores foram recrutados de Curitiba, e, quanto mais a escola crescia, mais havia esforços para formar novos docentes localmente, em consonância com experiências como a Escola Parque Salvador, que serviram como modelo para o plano educacional de Brasília (Pereira, 2015).

No entanto, a EIT refletia um projeto educacional limitado em alcance. A preocupação do governo JK indica que a preocupação estava voltada para atender às demandas produtivas imediatas, reforçando a lógica capitalista e negligenciando as necessidades educacionais mais amplas dos trabalhadores. Conforme Souza e Neta (2022, p. 57) "quanto melhores as condições estruturais em relação à formação, melhor seria a eficiência no atendimento das demandas". Contudo, a realidade enfrentada pelos operários incluía moradias inadequadas e uma jornada exaustiva que impossibilitava o investimento em sua formação ou na de seus filhos.

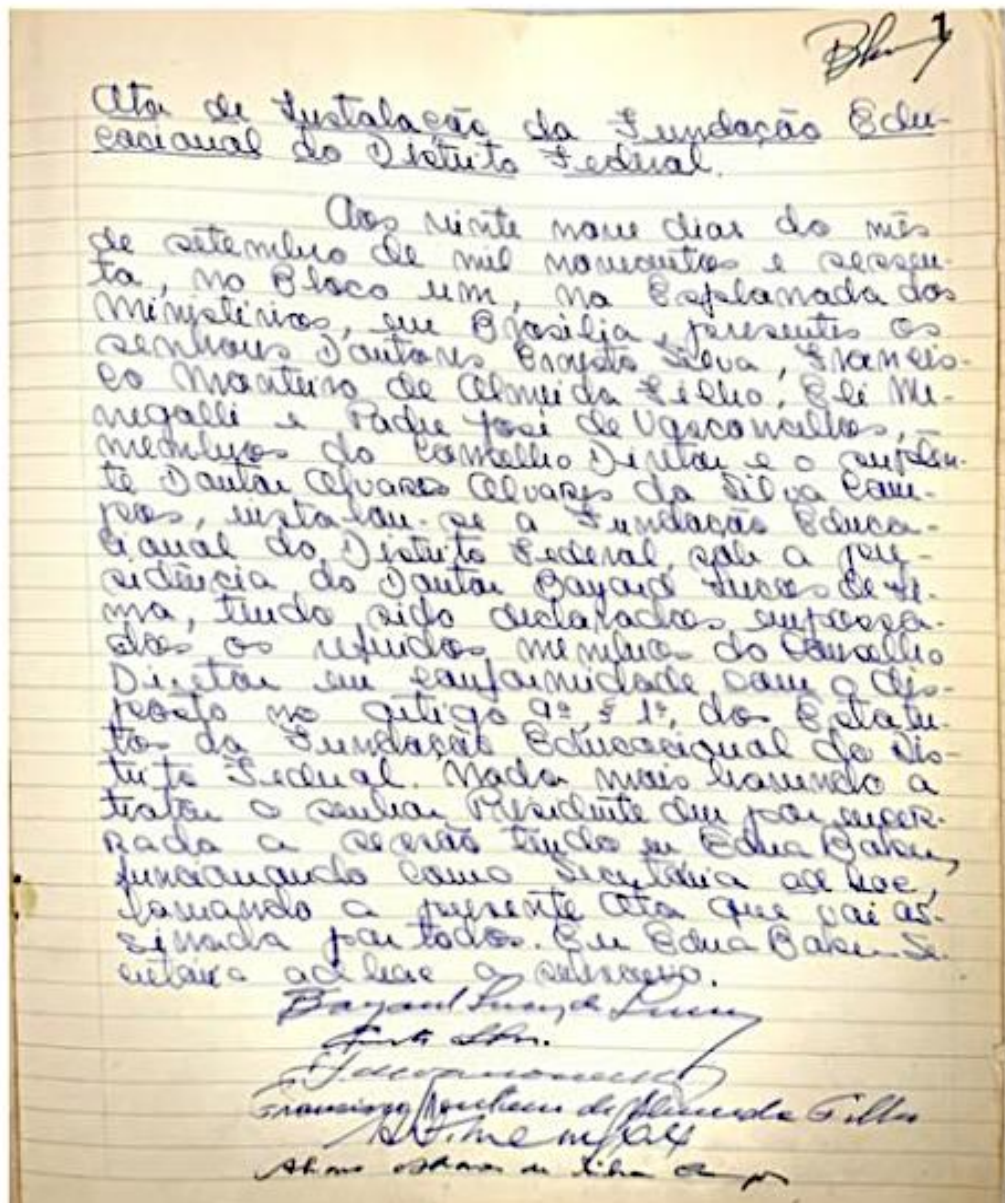
De acordo com Gomes (2020), essa lógica também permeou a criação de infraestrutura educacional. Ou seja, a prioridade era atender a demandas funcionais, como salas de aula para acomodar estudantes, enquanto o ensino infantil, por exemplo, era frequentemente improvisado. Assim sendo, o autor destaca que o sistema burguês da época negava uma educação integral, promovendo uma formação que se limitava a atender às necessidades produtivas. Tal compreensão dialoga com Ciavatta (2002), ao indicar que essa lógica restringe o potencial de uma educação de caráter humanizador e emancipatório.

A EIT foi criada com o objetivo de formar os filhos dos operários, oferecendo cursos técnicos como marcenaria, carpintaria, eletricidade e artes gráficas necessárias à construção de Brasília, capacitando jovens para atender às exigências do mercado de trabalho imediato. Nessa perspectiva, a experiência da EIT ilustra as contradições da EPT no Brasil, indicando, tanto sua capacidade de responder às demandas do mercado, quanto suas limitações em promover uma formação integral (Frigotto, 1996). Como afirmam Cazimiro, Albuquerque e Filho (2015), a EIT desempenhou papel crucial na formação técnica voltada para as especificidades da obra, mas manteve-se inserida na lógica de reprodução das desigualdades sociais estruturais.

A criação e organização da EIT podem ser observadas por meio de registros documentais. A Figura 3 apresenta a ata de instalação da Fundação Educacional do Distrito Federal.

A ata de criação evidencia os elementos institucionais que orientaram a implantação da EIT, situando a escola no contexto das políticas educacionais voltadas à formação de mão de obra para atender às demandas da construção de Brasília. O documento registra apenas os aspectos administrativos e legais da instituição, mas não revela as intencionalidades políticas que fundamentaram sua criação, a centralidade da formação técnica no projeto desenvolvimentista do período. Além disso, não explicita os objetivos e diretrizes da Fundação Educacional do Distrito Federal, assim a ata não permite compreender como a educação profissional foi concebida como instrumento estratégico para a organização do trabalho e para a consolidação da nova capital, nem a articulação entre educação, produção e desenvolvimento econômico. A análise desse documento contribui apenas para compreender a inserção da EIT em um contexto de políticas públicas educacionais, mas não o suficiente para problematizar os limites dessa formação, especialmente, no que se refere à ausência de uma perspectiva voltada à formação integral dos sujeitos.

Figura 3 - Ata de Instalação da Fundação educacional do Distrito Federal



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Partindo da compreensão das finalidades da EIT, é relevante situar o contexto mais amplo da organização da educação em Brasília, destacando as condições em que se estruturaram as políticas educacionais durante a construção da capital.

3.2 EDUCAÇÃO EM BRASÍLIA

A construção da nova capital foi parte do projeto de Juscelino Kubitschek, que em seu Plano de Metas tinha como objetivo o desenvolvimento econômico e a

integração do território nacional e a construção de Brasília contemplava parte desse plano. “A decisão de construir a nova capital foi parte de uma estratégia para desenvolver o interior do país e promover a integração nacional” (SEDF, 2021). Essa estratégia ou a intenção de adentrar e aproximar-se do centro do país, com isso viria também o desenvolvimento localizado nas regiões litorâneas e no Sudeste, com a capital no estado do Rio de Janeiro. Esse projeto fazia parte do plano e tinha o viés do progresso, dos 50 anos em 5 (Souza; Neta, 2020). De acordo com os autores:

O Brasil encontrava-se na fase da República Populista, marcada por intensas tensões políticas e pela política desenvolvimentista. Desta feita, Juscelino, adotou como estratégia de divulgação, no período de campanha eleitoral, o slogan “50 anos em 5”, a expressão fazia referência ao crescimento econômico pretendido para o país, estratégia essa que fora inculcada no pensamento do eleitorado, culminando na sua vitória à presidência da República (Souza; Neta, 2020, p. 48).

Para esse avanço, muito se foi pensado para a organização administrativa, tais como: toda estrutura do poder e a quantidade de prédios necessários para os poderes constituídos no país. A região escolhida precisava ser desbravada, por isso, houve a necessidade de disponibilidade de recursos financeiros os quais não eram poucos, já que a construção seria feita no meio do nada. Dessa forma, foram convocados trabalhadores por meio de anúncios públicos com boas ofertas de salários.

De acordo com Souza e Neta (2020), a educação e a saúde não se configuravam como prioridades em cidades constituídas, quanto mais em um espaço ainda em construção, onde só havia barro e lama, aos poucos, sendo substituído por concreto. Quando para Brasília vieram, os operários deixavam suas famílias nas terras de origem, justamente, porque não tinham garantias de que os filhos teriam suporte educacional nas proximidades da obra. Os requisitos para trabalhar no planalto central eram subjetivos, como força de vontade, espírito desbravador, como era o perfil do presidente Juscelino Kubitschek. No entanto, esses operários, ao saírem de seus estados de origem, enfrentavam a falta de infraestrutura básica, necessária para sobrevivência humana, o que evidencia os limites das políticas voltadas a sua permanência no contexto da construção de Brasília.

A história da educação de Brasília começou muito antes da inauguração da capital, mas para contar esse acontecimento, um dos principais entraves foi o fato

de os órgãos não se preocuparem com a organização das fontes e guarda dos registros, assim, existem dificuldades por parte dos pesquisadores em confrontar e confirmar os fatos, pois como afirma Pereira (2015, p. 91),

[...] o descarte e a destruição de fontes eram não apenas da falta de consciência da importância histórica por parte de administradores e técnicos envolvidos no seu manuseio cotidiano, mas decorreram, também, de forma voluntária ou imposta, em ocasiões ou conflitos políticos e ideológicos que atingiram escolas e professores, durante a instalação do regime militar implantado no Brasil a partir de 1964.

Na região Centro-Oeste do país, o estado de Goiás, já tinha seu sistema de educação consolidado e, ao instalar a cidade de Brasília, os equipamentos públicos voltados para educação, situados aos arredores, poderiam ser destinados para a capital federal. Os trabalhadores que chegavam tinham que se adaptar a esse sistema, pois o canteiro de obras não era próximo às escolas, eram, sim, bem distantes (Souza; Neta, 2020).

Assim, somente por intermédio da lei 2874, de 19 de setembro de 1956 foi definida a área do Distrito Federal, nessa mesma época foi criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP e, uma vez definido seu estatuto, foi criado o setor responsável pela área de educação e o Departamento de Educação e Saúde, para atender aos filhos dos funcionários e operários da construtora. “Esse departamento desempenhou um papel crucial na implantação do sistema educacional e de saúde em Brasília” (SEDF, 2020). Aos trabalhadores, coube trazer as famílias para perto. Após a construção dos alojamentos, começaram a chegar aqueles que iriam usufruir da educação, cultura, lazer, entre outros direitos que a capital do Brasil tinha obrigação de proporcionar, entretanto, essa regra passou a ser cumprida quando a comunidade da capital começou a se estabelecer (Reis; Cordeiro, 2020).

Como todo complexo administrativo seria transferido para Brasília, a cidade estava a pleno vapor em realização de obras e coube a Ernesto Silva, diretor da NOVACAP, ficar responsável pela área de educação. Silva acreditava que a educação era essencial para o progresso da cidade e, ao longo de sua vida, defendeu a criação de instituições de ensino que pudessem atender às necessidades da população em crescimento (Distrito Federal, 2019). Nos planos do governo, inicialmente, os recursos para educação eram mínimos. Segundo Souza e Neta (2020, p. 54), o Plano de Metas foi “[...] pautado em cinco áreas, dentre elas, o

setor educacional recebeu investimento governamental de apenas 3,4%”. Partindo de tal dado, é notório que esse campo ficaria no limbo, ou seja, não estava dentre as maiores preocupações e prioridades do governo em questão.

Como a prioridade era a construção dos prédios sedes, das estruturas físicas, com o passar do tempo, o plano de obras passou a exigir dos trabalhadores mais conhecimento, qualificação e aprimoramento das técnicas necessárias para execução das obras (Reis; Cordeiro, 2020).

Nesse contexto, Anísio Teixeira ficou responsável pelo plano educacional e orientação pedagógica. Na época, ele era o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e, segundo Silva (1985, p.?), “[...] pôs à nossa disposição o competente Paulo de Almeida Campos, que representou à altura a figura do grande educador e para tomar parte no trabalho de organização do plano e seleção e orientação das professoras, a técnica de educação Nair Durão Barbosa Prata”.

A organização da educação deveria levar em conta as características da cidade que ainda estava em construção e, como afirma Reis e Cordeiro (2020), havia poucas crianças, pois os operários e funcionários vinham sós para a capital. Entretanto, segundo Pinto, Muller e Anjos (2018):

se por um lado, registros da história de Brasília informam que os primeiros grupos que aqui se instalaram eram constituídos em sua grande maioria por operários e funcionários que vinham desacompanhados para o Planalto Central, havendo, portanto, poucas crianças, por outro lado, essa realidade começou a mudar já em 1957, período em que começam a chegar mais famílias.

Embora no estado de Goiás houvesse atividades escolares, com o sistema de ensino público e particular e com algumas delas, caso de escolas de Planaltina e Brazlândia, por estarem dentro do perímetro do futuro Distrito Federal, vieram posteriormente pertencer ao sistema educacional da nova capital (Pereira, 2015).

A primeira escola pública de Brasília foi inaugurada em 1957, na Candangolândia com o nome de Grupo Escolar 1 (GE1), “igualmente construída em madeira, o prédio destacava-se pelas características arquitetônicas consoantes com o ideal que Brasília vinha inaugurar” (Pereira, 2015, p. 98). Atualmente, é conhecida como Escola Júlia Kubitschek, na época funcionava em dois turnos, mas as crianças ficavam mais três horas em atividades diversas (Reis; Cordeiro 2020).

A construção das escolas tinha um plano que iria abranger todos os níveis de ensino. Elas teriam como base o projeto educacional de Anísio Teixeira que,

segundo Souza (2014), ao traçar um panorama do que seria o Sistema Educacional de Brasília, apontava os caminhos da educação como direito fundamental, desconstruindo a ideia de privilégio das elites e reafirmando a educação pública, radicalmente democrática.

Segundo Reis e Cordeiro (2020), para Anísio Teixeira, a escola deveria atender as obrigações impostas às escolas pelas necessidades cada dia maior da sociedade, considerando cada nível de ensino bem como o convívio social. O ensino deveria ser gratuito e formado por edifícios com funções diversas, assim seriam “Centros” e não escolas. Assim Souza (2014, p. 50) complementa:

A democratização do ensino almejada por Anísio Teixeira se dava, entretanto, em meio a uma sociedade estratificada, marcada pelo subdesenvolvimento, ainda que as escolas Classe/Parque se beneficiassem da rara possibilidade histórica de se constituir concomitantemente à construção de uma capital nacional, de modo que se investia numa escola renovada a promover a igualdade de oportunidades, essência do regime democrático.

Em 22 de dezembro de 1959, por meio do Decreto nº 47.472, instituiu-se no Ministério da Educação, a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB) que, conforme Reis e Cordeiro (2020), seria a comissão que executaria o planejamento, organização e supervisão do ensino primário e de grau médio, sendo responsável pela seleção dos professores e toda parte administrativa do sistema educacional do Distrito Federal. A CASEB foi responsável pelo levantamento da situação da educação à época, e das possibilidades para construção de escola. Assim sendo, constatou-se que dentro da área do terreno da capital da República havia algumas escolas que fariam parte do sistema de ensino, entre as quais:

Quadro 01 – Escolas do sistema de ensino na época da construção de Brasília (1959)

Escola	Criada em	Após Inauguração
Grupo Escolar São Sebastião	1959	Escola Classe No. 01 de Planaltina (1961)
Escola Normal Regional Dr. Olívia Guimarães	1950	Escola Normal de Planaltina (1961)
Grupo Escolar de Brazlândia	1933	Escola Rural de Brazlândia (1961)

Fonte: Autoria própria (2025).

Ainda foram incluídas entre as escolas do Distrito Federal, a Escola Rural das Palmeiras, em 1960, e a Escola Paróquia de Planaltina, em 1962.

O que se percebe, antes da construção de Brasília, é que o plano para construção de escolas foi adequado às particularidades da nova capital, visto que estava em consonância com a oferta e a demanda, nos níveis específicos de ensino. Entretanto, o crescimento dessa demanda abriu espaços para os imprevistos e, “a precariedade das instalações, em salas multisseriadas, revelou o entusiasmo dos professores que nelas atuavam, inicialmente, a NOVACAP ofereceu a sala da presidência, no pavilhão da administração” (Museu da Educação, 2017).

Considerando o contexto de organização educacional e das condições vivenciadas pelos trabalhadores, é possível compreender como se estruturaram as práticas educativas e a dinâmica escolar da EIT.

3.3 ESCOLA INDUSTRIAL DE TAGUATINGA: MEMÓRIA, DOCUMENTOS E RESISTÊNCIA

A pesquisa bibliográfica, realizada nas bases CAPES, SciELO e Google Acadêmico, resultou em apenas três artigos e um Trabalho de Conclusão de Curso diretamente relacionados à EIT. Essa escassez de produção acadêmica não comprometeu a pesquisa, ao contrário, evidenciou uma lacuna historiográfica e reforçou a pertinência do estudo ao recuperar e analisar um tema pouco explorado.

Para ampliar a compreensão do objeto e enriquecer a análise, foram incorporados ao *corpus* documentos oficiais, como decretos e portarias referentes à criação e ao tombamento da instituição; o Projeto Político e Pedagógico do Centro de Ensino Médio Escola Industrial de Taguatinga – CEMEIT, notícias do movimento “Viva EIT”; e uma produção audiovisual de caráter institucional, o vídeo “Tombamento e Criação do Complexo Cultural EIT”. Dessa forma, a revisão bibliográfica foi complementada por levantamento de fontes empíricas e audiovisuais, compondo um conjunto diversificado que permite compreender a trajetória da escola desde sua fundação até o reconhecimento como patrimônio cultural do Distrito Federal.

A partir desse conjunto de fontes, tornou-se possível delinear um panorama sobre a trajetória histórica e institucional da EIT, articulando o contexto de sua

criação às políticas de educação profissional e às transformações sociais do Distrito Federal. Contudo, para aprofundar a discussão teórica e compreender como outros estudos têm abordado temas correlatos, como memória, trabalho e patrimônio cultural na EPT, procedeu-se à sistematização dos resultados da revisão bibliográfica.

O quadro a seguir apresenta os trabalhos identificados, apresentando seus autores e sintetizando objetivos e conclusões. Essa sistematização não apenas evidencia a escassez de produções específicas sobre a EIT, mas também permite situar esta pesquisa no conjunto das investigações que discutem a formação profissional e a preservação da memória das instituições escolares no Brasil.

Quadro 2 – Produção acadêmica sobre a EIT e temas correlatos

Autor(a)/Ano	Título	Objetivo	Resultados e conclusões
Rodrigo Teles Mesquita (2019)	Usos dos Espaços: identidade cultural e noção de pertencimento em Taguatinga (DF)	Contextualizar e caracterizar e justificar os espaços culturais discriminados; identificar os usos sociais dos espaços culturais; Identificar no lugar a noção de pertencimento e identidade local.	Compreensão e percepção comunitária acerca da formação da identidade, consolidação da ideia de lugar cultural, que em suas peculiaridades forma o modo de fazer, molda o estilo de organização local e fortalece o coletivo, dando uma face autêntica à população taguatinguense.
Reis e Cordeiro (2020)	As Escolas Pioneiras de Brasília 1957-1960	Apresentar um histórico da época da mudança do Distrito Federal, bem como dos órgãos responsáveis pela educação, a partir da criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) até a os dias de hoje.	Contextualizou os acontecimentos à época da construção de Brasília e mudança da capital para o planalto central, dando enfoque à educação, trançando uma linha cronológica da evolução/mudança do caráter institucional da escola com o passar do tempo.

Fonte: Autoria própria (2025).

Quadro 3 – Fontes empíricas do *corpus* documental e audiovisual

Autor(a)/Ano	Título	Objetivo	Resultados e conclusões
Governo Federal (1960)	Decreto nº 48.297 de 17 de junho de 1960.	Dispõe sobre a instituição da Fundação Educacional do Distrito Federal.	Oficializa a Fundação Educacional do Distrito Federal instituição responsável pela Escola Industrial de Taguatinga
Governo do Distrito Federal (2014)	DECRETO nº 35.484, de 30 de maio de 2014,	Institui o Complexo Cultural EIT. A legislação foi publicada para organizar a gestão e as providências relacionadas a esse complexo cultural.	Regulamentou a gestão relacionadas ao complexo.
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (Canal E) (2014)	Tombamento e Criação do Complexo Cultural EIT	Vídeo institucional que traça a história do tombamento do CEMEIT	Difusão da história social e cultural da Escola Industrial de Taguatinga.
Jornal Correio Braziliense do Distrito Federal (2011)	Centro de Ensino Médio EIT (Cemeit) de Taguatinga comemora meio século	Matéria que retrata os 50 anos de trajetória da Escola Industrial de Taguatinga – EIT	Difusão e a repercussão histórica da Escola Industrial de Taguatinga
Centro de Ensino Médio Escola Industrial de Taguatinga (CEMEIT)	Projeto Político e Pedagógico - PPP do CEMEIT (2025)	Definir diretrizes administrativas e pedagógicas do CEMEIT	Definição do funcionamento pedagógico e administrativo da instituição CEMEIT

Fonte: Autoria própria (2025).

Os estudos relacionados forneceram base para a compreensão do papel da EIT para a EPT, como marco histórico da educação profissional de Brasília à época da construção. Reis e Cordeiro (2020) trazem a história da EIT, com dados sobre a construção, a importância para o momento vivido pela cidade e o consequente impacto social. Mesquita (2019) descreve a cidade de Taguatinga como comunidade participante, suas características de cidade-satélite (cidade dependente do centro do Distrito Federal, no caso Brasília, a capital da República), com especificidades diferenciadas de outras cidades próximas de Brasília, qualificadas como cidade dormitório.

O Canal E (2014) traz informações relevantes da luta dos trabalhadores no embate com o governo contra a entrega do espaço público e educativo para especulação imobiliária. O PPP traz as diretrizes pedagógicas e administrativas do CEMEIT, antiga EIT e os decretos 35.483/2014 e 35.484/2014, formalizam o

tombamento do espaço físico da EIT e a criação do Complexo Cultural EIT, uma conquista social e cultural para a comunidade e contra as disputas em torno do uso do espaço público.

Dessa forma, esses estudos convergem e permitem compreender a importância da educação profissional com a manutenção de espaços públicos que fortalecem o ensino profissional e tecnológico como uma das especificidades e necessidades fundamentais do ser humano.

Apontam, ainda, que, por mais que a educação profissional tenha evoluído e conquistado espaço, com o passar do tempo, o poder econômico e os interesses particulares sempre estarão em primeiro lugar, quando comparados à educação pública. Desse modo, o Canal E (2014), em sua pesquisa, permite compreender que as lutas de classes sempre irão existir quando o tema em debate for a educação. Como exemplo disso, têm-se movimentos como o “Viva EIT” como reflexo da necessidade de mobilização constante em defesa do ensino público e muito mais ainda o ensino profissional e tecnológico.

Esses estudos sobre a EIT determinam como valioso ponto de partida para a investigação da contribuição da formação ofertada pela EIT para a EPT, exemplificando como aconteceu o processo de evolução histórica da educação de Brasília, mais especificamente na cidade de Taguatinga.

Assim, foi possível aprofundar a concepção de educação profissional nos anos de 1950, época da expansão industrial e ocupação territorial do Governo Juscelino Kubistchek e suas consequências para a ascensão do ensino profissional no Brasil. Isso nos permite avançar na compreensão de suas implicações na formação de trabalhadores, evidenciando as tensões entre formação para o trabalho e formação integral no âmbito da EPT.

3.4 O TRABALHO NA EIT

Segundo Oliveira (2020), na EIT, a formação técnica era funcionalista, voltada de forma predominante para atender às demandas imediatas da construção civil durante a construção de Brasília. Os estudantes aprendiam ofícios como marcenaria e carpintaria, mas sem uma reflexão crítica sobre as condições sociais e políticas de seu trabalho. A abordagem funcionalista pode ser compreendida como alinhada à

lógica produtivista da época, priorizando a formação de mão de obra qualificada para o projeto desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, que visava a modernizar o Brasil com base na industrialização acelerada (Oliveira, 2020). Ou seja, ao priorizar uma formação técnica limitada às funções operacionais, a EIT restringia a capacidade dos trabalhadores de questionar ou transformar sua realidade social. Essa transmissão de habilidades práticas, desconectada de um pensamento crítico sobre as relações de trabalho e produção, segundo Oliveira (2022), reforçava as desigualdades sociais e restringia a autonomia do trabalhador, adequando-o às necessidades do sistema produtivo da época.

Em síntese, a abordagem funcionalista fundamenta o enquadramento institucional da EIT e uma determinada concepção de educação. Dessa forma, essa análise contribui para repensar a educação técnica a partir de um modelo educativo que combine formação profissional com formação integral, que tenha como objetivo a formação dos trabalhadores para exercerem um papel mais ativo na sociedade, promovendo autonomia e emancipação, a partir do momento que eles se sintam partes essenciais do processo (Saviani, 2007; Frigotto, 1996). Na próxima seção serão apresentados os caminhos metodológicos.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, histórico-documental e de caráter descritivo-analítico, voltada para compreender a trajetória histórica da EIT, no contexto da construção de Brasília e de sua posterior transformação em patrimônio cultural. Para alcançar tal objetivo, foram mobilizadas duas etapas distintas de levantamento bibliográfico e documental, complementares entre si.

4.1 PRIMEIRA ETAPA: REFERENCIAL TEÓRICO

O primeiro momento de levantamento bibliográfico, apresentado na Seção 2 – Referencial Teórico- teve como objetivo construir uma base conceitual capaz de sustentar a análise empreendida. As fontes foram selecionadas a partir dos estudos realizados ao longo do curso de mestrado no ProfEPT, contemplando autores clássicos e contemporâneos que discutem a Educação Profissional e Tecnológica, a formação para o trabalho, a memória e o patrimônio cultural.

Nesse movimento, não foram adotados critérios formais de busca ou protocolos de revisão sistemática; a ênfase recaiu sobre a apropriação crítica de conceitos e categorias que ajudassem a compreender o fenômeno investigado. Trata-se, portanto, de uma escolha fundamentada na pertinência teórica e na relevância para a área.

4.2 SEGUNDA ETAPA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

O segundo momento corresponde à revisão bibliográfica e documental direcionada, especificamente, ao objeto dessa investigação. Diferentemente da etapa anterior, foram definidos procedimentos metodológicos para a localização, seleção e análise das fontes.

As buscas bibliográficas foram realizadas nas bases da CAPES, Scielo e *Google Acadêmico*, utilizando descritores como Escola Industrial de Taguatinga, educação profissional em Brasília, CEMEIT e patrimônio cultural em Taguatinga. O levantamento inicial identificou vinte trabalhos relacionados, em diferentes graus, ao tema. A partir de critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos,

permaneceram três artigos científicos, um Trabalho de Conclusão de Curso e um vídeo institucional (“Tombamento e Criação do Complexo Cultural EIT”). Além disso, foram incorporados documentos oficiais (decretos, portarias e legislações) e registros institucionais (notícias e relatórios do movimento “Viva EIT”).

Os critérios de exclusão aplicados foram: (a) estudos que mencionavam a EIT apenas de forma tangencial, sem aprofundamento; (b) pesquisas que tratavam de políticas educacionais em nível nacional, sem vinculação direta com a realidade da instituição; e (c) produções sem rigor acadêmico ou indisponíveis em acesso integral. Permaneceram, portanto, as fontes capazes de contribuir de forma mais consistente para a compreensão do papel histórico e social da Escola Industrial de Taguatinga.

4.3 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS: BARDIN E TRIÂNGULAÇÃO DE FONTES DOCUMENTAIS

Para a análise dos dados, adotou-se a Análise de Conteúdo que, conforme Bardin (2011), é articulada à triangulação de fontes documentais. Essa estratégia permitiu organizar e interpretar o *corpus* por meio de categorias analíticas construídas a partir do diálogo entre referencial teórico e leitura do material empírico. Foram definidas as seguintes categorias: (i) historicização da Escola Industrial de Taguatinga (EIT); (ii) visibilidade/invisibilidade do operário candango; (iii) enquadramento da memória; e (iv) disputa pelo patrimônio.

A delimitação dessas categorias ocorreu durante a leitura e sistematização do conjunto documental, composto por: (a) Decreto nº 48.927/1960, referente à instituição da Fundação Educacional do Distrito Federal, no âmbito da qual se insere a criação da EIT; (b) Decreto nº 35.483/2014, relativo ao tombamento da instituição; (c) Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola; (d) matéria jornalística do *Correio Braziliense* alusiva aos 50 anos do CEMEIT; e (e) vídeo institucional produzido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal sobre o processo de tombamento da EIT.

Os documentos institucionais (PPP e decretos) foram analisados, por registrarem marcos normativos e elementos da trajetória administrativa e pedagógica da escola, desde sua criação até seu reconhecimento patrimonial. O Decreto nº

48927/1960 foi considerado fonte documental relevante por marcar juridicamente o início da educação profissional no Distrito Federal. Sua análise buscou identificar elementos relacionados às intenções políticas e educacionais expressas no texto legal, possibilitando compreender não apenas os objetivos explícitos da criação da escola, também os valores que orientaram a política educacional do período.

O decreto nº 35483/2014 de tombamento da EPT constituiu uma fonte documental essencial para a pesquisa, por representar o reconhecimento oficial da instituição como patrimônio material do Distrito Federal. Esse ato jurídico, conforme as fontes, representou, principalmente, a preservação física da escola, mas também legitimou sua inserção na memória coletiva da comunidade, conferindo-lhe valor histórico, cultural e educacional.

Do ponto de vista documental, o decreto foi considerado uma fonte primária, que permitiu compreender os critérios e as justificativas utilizadas pelo Estado para a proteção de bens materiais. Sua leitura contribuiu no entendimento sobre como políticas públicas de preservação se articulam com a valorização da educação técnica e com a construção da identidade urbana de Taguatinga. O decreto de tombamento ofereceu subsídios para uma interpretação crítica sobre o papel da EIT na formação de mão de obra qualificada e no desenvolvimento socioeconômico da região, configurando como testemunho histórico da relevância da instituição para a história da educação profissional e para o patrimônio cultural do Distrito Federal.

O PPP da EIT, referente ao ano de 2025, foi analisado como documento que expressa a identidade institucional, os princípios pedagógicos e as diretrizes organizacionais da escola em um momento específico de sua trajetória. O PPP para a escola representa um processo coletivo de construção, envolvendo gestores, professores, estudantes e comunidade, o que lhe confere caráter participativo e representativo. Por ser um documento construído coletivamente, nos permitiu compreender como a escola se posiciona diante dos desafios contemporâneos da educação, indicando tanto continuidades quanto rupturas em relação a versões anteriores do documento. Além disso, o PPP de 2025 possibilitou investigar de que maneira a EIT articulou sua missão histórica — iniciada em 1959 — com as demandas sociais, tecnológicas e econômicas atuais,

Assim, o PPP da EIT de 2025 não se limita a orientar práticas pedagógicas internas; ele se constitui em testemunho histórico e cultural, capaz de evidenciar

como a instituição constrói sua identidade e responde às exigências de seu tempo. Ao ser incorporado à pesquisa, esse documento contribui para uma compreensão crítica da educação profissional no Distrito Federal, reafirmando a relevância da EIT como espaço de memória, inovação e formação social.

O vídeo institucional foi incorporado ao *corpus* por reunir relatos de professores, estudantes e membros da comunidade de Taguatinga, oferecendo uma perspectiva, socialmente, situada sobre a história da EIT, contemplando experiências e interpretações construídas sobre a instituição, ao longo do tempo, desde seu papel no contexto da construção de Brasília, até sua configuração atual como CEMEIT.

Para fins de organização e análise do material audiovisual, apesar de ser de domínio público, os depoentes foram identificados por codinomes: professores (as) como P1, P2, P3, P4 e P5, e estudantes como E1 e E2. A matéria jornalística do Correio Braziliense foi selecionada por constituir um registro de circulação pública sobre a instituição, permitindo cotejar a narrativa institucional com sua representação no debate social e midiático no Distrito Federal.

A triangulação de fontes foi empregada como estratégia de consistência interpretativa, permitindo a análise comparativa entre registros institucionais, midiáticos e audiovisuais, com vistas a identificar convergências, divergências e possíveis silenciamentos na construção da memória sobre a EIT e sobre sua relação histórica com a formação de trabalhadores, bem como seu papel cultural e social no território em que se insere. A interpretação dos dados foi orientada pela articulação entre essas diferentes fontes, buscando compreender as tensões entre formação para o trabalho, memória social e reconhecimento patrimonial que atravessam a trajetória da Escola Industrial de Taguatinga.

As categorias analíticas definidas para a investigação orientaram a leitura e a organização do *corpus* documental, possibilitando identificar recorrências, e mudanças nos sentidos atribuídos e diferentes formas de representação da história da instituição. Esse procedimento também permitiu relacionar os registros documentais ao contexto histórico e social de produção das fontes, ampliando a compreensão do papel da EIT na formação para o trabalho e na memória social da cidade de Taguatinga. Para fins de organização, a análise está estruturada em

quatro categorias analíticas: historicização da EIT; enquadramento da memória; visibilidade/invisibilidade do operário candango; e disputa pelo patrimônio.

A Figura 4 sintetiza o desenho de triangulação de fontes adotado nesta análise documental, indicando os documentos e registros mobilizados e sua articulação com o referencial teórico.

Figura 4 – Esquema da triangulação de fontes na análise documental da Escola Industrial de Taguatinga (EIT)



4.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS E LIMITAÇÕES EM RELAÇÃO ÀS PUBLICAÇÕES

Por se tratar de uma pesquisa baseada, exclusivamente, em fontes documentais e materiais de domínio público, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Ainda assim, foram observados os cuidados quanto à preservação da integridade dos documentos analisados, respeitando seus contextos de produção e eventuais vieses institucionais.

Reconhecemos como limitação a escassez de publicações específicas sobre a EIT, o que, ao mesmo tempo, reforça a originalidade e a relevância da presente investigação.

No que se refere à elaboração do texto, utilizamos ferramentas digitais de apoio à escrita, com a finalidade de revisão linguística e organização textual, sendo a análise, interpretação e conclusões integralmente de autoria do pesquisador.

Na próxima seção, serão apresentadas a análise e interpretação do material pesquisado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta e discute os principais achados sobre o processo de criação, consolidação e disputas em torno da EIT, com ênfase nas relações entre educação, trabalho e memória social. Os resultados foram organizados em diálogo, de modo a contemplar a análise da trajetória histórica da instituição, a formação para o trabalho, os diferentes enquadramentos da memória e as tensões relacionadas ao seu reconhecimento como patrimônio cultural, cujos desdobramentos também fundamentam a elaboração do produto educacional.

De modo geral, os achados evidenciam uma tensão entre, de um lado, registros institucionais e normativos que tenderam a enquadrar a escola em uma perspectiva administrativa e formativa e, de outro, narrativas públicas e comunitárias que historicizam a EIT, atribuindo centralidade à experiência do trabalho e evidenciando conflitos relacionados ao tombamento e à preservação do patrimônio.

Essa tensão permitiu compreender quais sujeitos e quais memórias são reconhecidas na história da instituição, especialmente no que se refere à visibilidade do operário candango e ao lugar da EIT na formação de trabalhadores durante e após a construção de Brasília.

Para fins de organização, a análise está estruturada em quatro categorias analíticas: historicização da EIT; enquadramento da memória; visibilidade/invisibilidade do operário candango; e disputa pelo patrimônio.

5.1 A HISTÓRIA DA EIT E SUA IMPORTÂNCIA PARA A CIDADE DE TAGUATINGA

Nesta seção serão tratados os aspectos históricos relacionados à criação e ao desenvolvimento da Escola Industrial de Taguatinga, atendendo ao objetivo específico de situar a instituição nos contextos sociais, educacionais e políticos que marcaram sua implantação e suas transformações ao longo do tempo.

A análise do processo de criação e consolidação da EIT evidencia que as fontes consultadas mobilizam graus distintos de historicização da instituição, como nos relata (Mesquita, 2019) a cidade de Taguatinga mudou suas características de cidade acolhedoras de trabalhadores em formação para uma comunidade de vida

própria, o perfil dos novos estudantes exigiu outro tipo de formação, e a comunidade novos equipamentos públicos.

Segundo Pereira (2015), quanto mais crescia a capital da república, muito maior era o processo de migração para o Centro-Oeste. Enquanto alguns registros privilegiam descrições normativas e administrativas, outros situam a escola no contexto da construção de Brasília e na formação de trabalhadores, articulando memória social, pertencimento e disputas em torno do reconhecimento público da EIT.

Nesse sentido, a historicização não se reduz à referência a marcos legais ou organizacionais, ela envolve também a incorporação do contexto social, dos sujeitos históricos e das tensões que atravessaram a trajetória da escola. O PPP de 2025 apresenta a escola, predominantemente, a partir de sua função formativa, com ênfase em objetivos pedagógicos, organização curricular, rotinas e metas institucionais.

Essa construção reforça a identidade da EIT como espaço de formação técnica e cidadã, voltado à inserção dos estudantes no mundo do trabalho e à participação social. No entanto, observa-se que essa abordagem tende a não desenvolver a trajetória histórica da instituição como parte dos processos sociais que marcaram o Distrito Federal, principalmente no ciclo da construção de Brasília. Essa ausência de historicização dialoga com a crítica de Ciavatta (2005a), ao indicar que, historicamente, a formação do trabalhador foi muitas vezes subordinada às necessidades do capital, em detrimento de uma formação integral e do reconhecimento do trabalho como dimensão constitutiva da vida social.

Os decretos e documentos normativos relacionados à EIT contribuem para delinear marcos institucionais, mas, em geral, o fazem a partir de uma linguagem técnico-administrativa. O Decreto nº 48.297, de 17 de junho de 1960, ao tratar da criação da Fundação Educacional do Distrito Federal e da cooperação para provisão de assistência educacional, explicita a institucionalização de um arranjo estatal para organização da política educacional, com foco em estrutura e funcionamento.

Contudo, esse tipo de registro tende a apresentar baixa densidade de contextualização social, limitando a compreensão da escola como experiência histórica atravessada por sujeitos e conflitos. De modo semelhante, o Decreto nº 35.483/2014, ao formalizar o tombamento do CEMEIT (com núcleo original na EIT),

prioriza o reconhecimento patrimonial em seus aspectos formais e arquitetônicos, sem desenvolver, com a mesma ênfase, as dimensões histórico-sociais que conferem sentido ao patrimônio para a comunidade e para a memória do trabalho.

Em contraste, a matéria do Correio Braziliense de 11 de maio de 2011 e o vídeo institucional Tombamento e Criação do Complexo Cultural EIT, ampliam a historicização, ao deslocarem o foco da norma para a experiência social e comunitária. A reportagem associa a história da EIT à própria história de Taguatinga, mobilizando depoimentos que reforçam sua centralidade simbólica no território “a história da EIT se confunde com a da própria cidade” e explicitando vínculos entre instituição e vida urbana. Na mesma direção, a professora Hildemília Maria de Freitas observa: “A cidade não tinha nada ainda quando a escola foi construída. É bonito ver como cresceram juntas, a cidade em torno da escola” Correio Braziliense (2011), evidenciando uma memória em que escola e cidade se constituem mutuamente. O vídeo, por sua vez, reúne relatos que enfatizam pertencimento, continuidade e participação coletiva, compreendendo a EIT como referência histórica para a cidade e para trajetórias formativas vinculadas ao mundo do trabalho.

Esse movimento de reinscrição social da escola é compatível com a leitura de Ciavatta (2002), ao evidenciar que a memória institucional é atravessada por disputas e que o apagamento da memória do trabalho implica o apagamento do trabalhador enquanto sujeito social. Além disso, ao mobilizar relatos que remetem a conflitos e resistências, o vídeo permite aproximar a discussão de uma perspectiva crítica do social, na qual as instituições são compreendidas como parte de processos históricos marcados por contradições (Lukács, 2013).

Desse modo, o cotejamento entre registros institucionais e narrativas públicas/comunitárias, do jornal e do vídeo sobre o tombamento da EIT, revela que a historicização da EIT se constitui como campo de disputa: de um lado, prevalece uma escrita que enquadra a escola como unidade administrativa e formativa; de outro, emergem registros que a situam no processo histórico de construção de Brasília e no tecido social de Taguatinga, realçando sua centralidade cultural e simbólica.

Essa tensão é decisiva para compreender como a escola é reconhecida (ou não) como patrimônio histórico-social e como se constrói, ao longo do tempo, a memória sobre sua contribuição para a formação de trabalhadores.

A análise dos documentos institucionais, das fontes históricas e dos estudos bibliográficos permitiu situar a criação e o desenvolvimento da Escola Industrial de Taguatinga no contexto da construção de Brasília e da formação da cidade de Taguatinga, evidenciando que a escola surgiu vinculada às demandas sociais e produtivas daquele período. Esse movimento atende ao objetivo de compreender os contextos históricos, educacionais e políticos que marcaram a implantação da instituição e suas transformações ao longo do tempo.

A seguir, a Figura 5 apresenta um registro visual relacionado à trajetória da Escola Industrial de Taguatinga, contribuindo para a compreensão dos elementos históricos e formativos discutidos nesta seção.

Figura 5 - Linha do tempo institucional da EIT/CEMEIT



Fonte: Distrito Federal, 1985.

Ao evidenciar que a trajetória da EIT se insere em um processo histórico mais amplo de organização do trabalho, migração e formação profissional no Distrito

Federal, essa análise permite avançar para a categoria seguinte, que examina de que maneira a formação para o trabalho e a presença da classe trabalhadora aparecem nas narrativas e documentos que registram a história da escola.

5.2 VISIBILIDADE DO OPERÁRIO CANDANGO

A análise da visibilidade do operário candango na história da EIT evidencia uma assimetria relevante entre registros institucionais e normativos e narrativas públicas e comunitárias. No contexto da construção de Brasília, a qualificação técnica de trabalhadores tornou-se componente estratégico para a continuidade das obras e para a consolidação da nova capital, especialmente, em atividades que exigiam habilidades específicas, como marcenaria e serralheria. Entretanto, como observa Oliveira (2022), grande parte dos jovens e adultos que migraram para Brasília apresentava baixa escolarização, o que contribui para compreender a centralidade histórica de iniciativas de formação profissional naquele período.

Nos documentos legais e institucionais analisados, a presença do trabalhador candango tende a aparecer de modo limitado ou ausente. O decreto de criação, marcado por formalidade técnico-administrativa, organiza marcos institucionais e arranjos de provisão educacional, mas não explicita a dimensão social do trabalho, nem nomeia os sujeitos históricos diretamente associados à formação profissional no contexto da construção da capital. Em direção semelhante, o PPP enfatiza a missão formativa e a preparação para o mundo do trabalho, mas não nomeia a classe trabalhadora nem vincula, de forma direta e desenvolvida, a trajetória da EIT à experiência dos trabalhadores vinculados à construção de Brasília.

Ainda que o documento se refira à instituição como “primeira escola de Taguatinga” e destaque a função de “capacitar seus estudantes para o mercado de trabalho”, a historicidade do operário candango permanece pouco tematizada. Batista e Müller (2021) contribuem para compreender essa orientação ao assinalarem que determinadas configurações de educação profissional tenderam a priorizar a capacitação para atividades operacionais, reforçando desigualdades e limitando o reconhecimento do trabalhador como sujeito histórico. De modo análogo, o decreto de tombamento (nº 35.483/2014), ao privilegiar a preservação em termos

formais, não desenvolve a dimensão imaterial e sociopolítica do patrimônio associada à experiência do trabalho e à trajetória dos operários vinculados à escola.

Em contraste, os relatos presentes no vídeo sobre o tombamento da EIT produzem um deslocamento relevante na visibilidade do trabalhador e de sua relação com a escola. Ao enfatizar pertencimento, continuidade e memória, os depoimentos reinscrevem a EIT como espaço vivido e, socialmente, significativo, articulando a instituição à história da cidade e às experiências de formação de sujeitos vinculados ao mundo do trabalho. A fala de P4 “a história de Taguatinga nasceu aqui na EIT... muito profunda a ligação, faz parte da nossa vida” (Canal E 2014), exemplifica a escola como lugar de memória e de continuidade geracional, ressignificando seu papel histórico para além de sua materialidade. Nesse registro, a EIT aparece associada não apenas ao ensino, mas à constituição de vínculos sociais e identitários que atravessam a experiência comunitária.

O Correio Braziliense (2011) também contribui para ampliar essa visibilidade, ao mencionar os candangos como “heróis anônimos”. Contudo, em termos analíticos, esse reconhecimento pode permanecer limitado quando não se traduz em explicitação aprofundada da agência, das condições de vida e da participação concreta do trabalhador na constituição da escola e da cidade. Essa distinção é central: há referências ao candango como símbolo cultural e memorial, mas a centralidade do trabalhador como sujeito histórico pode permanecer reduzida quando sua presença é acionada apenas como evocação, e não como categoria estruturante da narrativa institucional. Nessa direção, Ciavatta (2005b) problematiza como a formação do trabalhador pode ser compreendida segundo os interesses do capital, frequentemente, associando à figura do trabalhador, ao sacrifício e à funcionalidade produtiva, o que contribui para explicar a secundarização recorrente do trabalho como categoria de memória.

Ao articular esses registros, observa-se que a visibilidade do operário candango na narrativa sobre a EIT é marcada por tensões, isto é, nos documentos oficiais predominam enquadramentos que reconhecem a escola em termos institucionais e técnicos, sem desenvolver a centralidade histórica dos trabalhadores, enquanto nas narrativas comunitárias e midiáticas, emergem elementos que reintroduzem o trabalhador no campo da memória, ainda que com diferentes graus de aprofundamento. Em diálogo com Saviani (2007), essa clivagem remete a uma

compreensão histórica de desigualdades educacionais, em que a formação destinada às classes populares tende a ser orientada pela funcionalidade do trabalho e por exigências do sistema produtivo, enquanto a formação plena permanece socialmente distribuída de modo desigual.

Em síntese, o cotejamento entre fontes evidencia que a EIT é reconhecida, com maior ênfase, por seu valor institucional e material, ao passo que o reconhecimento do trabalhador candango como sujeito histórico depende, sobretudo, de registros que mobilizam memória social, pertencimento e disputa simbólica. Assim, ao lado da dimensão patrimonial do espaço escolar, as narrativas produzidas no vídeo e na reportagem contribuem para reinscrever o trabalhador na história da EIT, tensionando processos de silenciamento e afirmando a memória do trabalho como componente constitutivo da identidade da instituição.

Em conjunto, as análises realizadas evidenciam que a trajetória da EIT não pode ser compreendida apenas como a história institucional de uma escola técnica. Os documentos e narrativas examinados indicam que a experiência da EIT expressa tensões entre a formação profissional vinculada às demandas produtivas da construção de Brasília, a memória social construída pela comunidade de Taguatinga e os processos posteriores de reconhecimento e preservação patrimonial da instituição. Nesse sentido, a escola constitui-se como um espaço em que se entrelaçam educação, trabalho e memória social, revelando diferentes interpretações sobre sua presença na história da cidade.

A análise dos documentos destaca, ainda, que a presença do operário candango e da classe trabalhadora aparece, de forma desigual, nos diferentes registros sobre a história da EIT. Enquanto documentos institucionais tendem a enfatizar aspectos administrativos e pedagógicos da escola, narrativas públicas e comunitárias revelam, com maior intensidade, a relação da instituição com os trabalhadores migrantes e com o contexto social da construção de Brasília. Esse movimento contribui para atender ao objetivo de examinar como a formação para o trabalho e a presença dos trabalhadores é representada nas fontes analisadas. Ao evidenciar os modos pelos quais esses sujeitos aparecem, são secundarizados ou permanecem implícitos na narrativa histórica da escola, a análise abre caminho para compreender como diferentes registros constroem e organizam a memória da instituição, aspecto desenvolvido na categoria seguinte.

5.2.1 Contribuições Formativas da EIT

As fontes analisadas indicam que a EIT desempenhou papel relevante na formação profissional, no contexto da construção de Brasília e na consolidação de Taguatinga como território urbano. Em uma perspectiva histórica, Silva e Ciasca (2021) destacam que escolas dessa natureza ofertavam formação para operários, ainda que enfrentassem limitações de infraestrutura e qualificação docente. No *corpus* empírico, essa centralidade aparece na afirmação de E1, ao reconhecer a EIT como “a primeira escola técnica de Taguatinga”, e no relato de P2, ao situá-la no conjunto das “escolas industriais brasileiras” (Canal E 2014).

Uma primeira contribuição refere-se à qualificação técnica por meio de oficinas e cursos profissionalizantes, característica associada à identidade histórica da instituição. No vídeo institucional, P2 menciona que, ao concluir etapas de escolarização, os estudantes “já saíam como técnicos em eletricidade, gráfica, cerâmica, encadernação [e] madeira”, evidenciando a oferta de formação vinculada a ofícios e saberes técnicos. Cursos práticos como marcenaria e eletricidade, voltados para as demandas imediatas da construção de Brasília (Canal E 2014).

À luz do referencial teórico, pode ser interpretado que essa abordagem funcionalista limitava o desenvolvimento crítico e a formação integral dos estudantes (Correio Braziliense, 2011). A matéria do Correio Braziliense também remete aos cursos tradicionais da escola e às mudanças na oferta formativa, ao longo do tempo, sugerindo adequações às demandas locais e às transformações institucionais, inclusive no período em que a escola passa a operar como Centro de Ensino Médio (CEMEIT).

Uma segunda contribuição diz respeito à orientação formativa para o mundo do trabalho e para a formação cidadã, tal como enunciada no registro institucional. O PPP mobiliza expressões como “formação técnica e cidadã”, “integração com o mundo do trabalho” e “compromisso com a qualidade”, reafirmando a finalidade formativa da escola. Embora a linguagem institucional tenda a ser mais normativa e menos historicizada, ela explicita uma direção, a formação vinculada à inserção social e ao trabalho.

Uma terceira contribuição, evidenciada, sobretudo, no material audiovisual, refere-se à produção de pertencimento e continuidade formativa, articulando escola, território e identidade. O relato de P2 “cheguei com 10 anos, saí com 19, voltei em 1979 como professor” sugere uma trajetória de permanência e retorno, indicando que a escola se constitui como referência para estudantes e profissionais ligados à comunidade. Do mesmo modo, E2 afirma: “eu aprendo aqui de manhã, de tarde passo o dia na biblioteca... isso aqui é meu microcosmo, minha vivência é aqui”, evidenciando que a instituição ultrapassa a função escolar estrita ao produzir vínculos sociais e culturais com o espaço (Canal E 2014).

Por fim, o tombamento do Complexo Cultural EIT (2014) que inclui o CEMEIT, o Teatro da Praça e a Biblioteca Pública, constitui, nas fontes, marco de reconhecimento institucional do conjunto e, indiretamente, mecanismo de preservação de uma história formativa local. Ainda que o decreto enfatize, sobretudo, a dimensão arquitetônica e funcional, a salvaguarda do espaço contribui para manter a memória pública de uma instituição identificada, pela comunidade e pelos registros midiáticos, como referência histórica de formação profissional na região.

Reis e Cordeiro (2020) permitem compreender a necessidade histórica de adequação da escola às demandas sociais, ainda que essa formação não se realize plenamente em termos de integralidade.

Em síntese, as fontes permitem entender que a EIT contribuiu para a formação profissional ao: (i) oferecer qualificação técnica em áreas e ofícios específicos; (ii) orientar institucionalmente a formação para o mundo do trabalho e para a cidadania; (iii) produzir vínculos de pertencimento e continuidade formativa no território; e (iv) preservar e publicizar sua memória formativa por meio do reconhecimento patrimonial.

Ressalta-se, contudo, que o *corpus* analisado (documentos institucionais e normativos, matéria jornalística e material audiovisual) não permite mapear de modo sistemático trajetórias ocupacionais de longo prazo dos egressos (por exemplo, inserção laboral, renda ou mobilidade), limitando-se às contribuições identificáveis nos registros disponíveis.

Nesse contexto, a Figura 6 ilustra aspectos da formação desenvolvida na EIT, contribuindo para a compreensão de como os sujeitos em processo de qualificação

aparecem nos registros da instituição, em diálogo com a discussão sobre a presença da classe trabalhadora na história da escola.

Figura 6 - Estudantes da Escola Industrial de Taguatinga



BR DFARPDF
NOV.D.4.4.B.27
Alunos da Escola Industrial
de Taguatinga observando
a impressão gráfica.
Data: [1958-1960]
Foto: Mário Fontenelle

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

A análise das fontes documentais e narrativas indica que a EIT desempenhou papel relevante na qualificação técnica e na inserção de jovens no mundo do trabalho, ainda que marcada por limites decorrentes de sua vinculação às demandas imediatas da construção de Brasília.

As contribuições formativas identificadas — centradas em cursos práticos e na preparação para ofícios específicos — revelam, tanto a importância da instituição para a organização do trabalho no período, quanto as restrições de uma formação, predominantemente, funcional, pouco voltada à integralidade do sujeito. Esse movimento atende ao objetivo de examinar como a formação para o trabalho é representada nas fontes analisadas, evidenciando que a atuação da EIT se insere nas contradições históricas da educação profissional no Brasil.

Ao mesmo tempo, essas contribuições não se restringem ao plano técnico, pois também se articulam à construção de vínculos sociais e identitários no território de Taguatinga, aspecto que conduz à análise seguinte, dedicada a compreender como essas experiências são registradas, selecionadas e reinterpretadas nos diferentes enquadramentos da memória da instituição.

5.3 ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA DA EIT

Essa seção que trata do enquadramento da memória da EIT constitui um exercício de reconstrução histórica. Para isso será analisada sua memória institucional, os registros que narram a criação, os objetivos e a trajetória da escola como espaço de formação técnica e profissional. A memória administrativa, por sua vez, os mecanismos de gestão, as decisões políticas e os documentos oficiais que orientaram o funcionamento da EIT e a memória social emerge dos relatos, fotografias e reportagens que destacam o papel da escola na vida comunitária, mostrando como ela se tornou referência de resistência, identidade e pertencimento em Taguatinga.

5.3.1 Escola Industrial de Taguatinga: Sua Memória Institucional, Administrativa E Social

Uma vez terminada a construção de Brasília, a EIT passou a enfrentar outras batalhas para firmar-se como instituição de ensino. Os registros indicam que a instituição deixou de ser o “centro de treinamento” do canteiro de obras. Por ela, não passavam mais tantos trabalhadores quanto antes, no entanto, a escola precisou adaptar seus cursos para novas demandas sociais e tecnológicas. Segundo as fontes, a escola não era mais tão necessária para os objetivos do governo, os investimentos passaram a ser menores, o que levou a instituição a crises financeiras e, com isso, a possibilidade de fechar as portas.

O enquadramento da memória da EIT evidencia que a narrativa sobre a instituição é produzida por diferentes registros institucionais, normativos, midiáticos e comunitários que selecionam, legitimam e, por vezes, tentam silenciar aspectos específicos de sua trajetória. Nesse sentido, a memória não se apresenta como relato neutro: trata-se de um processo social de disputa por significados, no qual determinados sujeitos e acontecimentos ganham centralidade, enquanto outros permanecem marginalizados.

Como assinala Mesquita (2019), a EIT carrega um legado associado aos migrantes que se estabeleceram na região, cujas marcas culturais e identitárias atravessam gerações e reforçam vínculos de pertencimento no território. Muito mais

que um prédio, com galpões e armações arquitetônicas as fontes sugerem que a Escola Industrial de Taguatinga se tornou memória viva, um símbolo, uma referência de dignidade da cidade satélite de Taguatinga.

Nos documentos institucionais, particularmente no PPP, a memória tende a ser construída sob uma perspectiva oficial, com predominância de elementos pedagógicos e administrativos (valores, missão, objetivos, práticas educativas e organização escolar). Esse registro contribui para consolidar uma imagem institucional orientada à formação técnica e cidadã; contudo, observa-se que ele se distancia de uma memória histórica socialmente situada ao não desenvolver, de modo substantivo, as condições de origem da escola e a experiência social vinculada à formação de trabalhadores durante a construção de Brasília.

Em diálogo com Saviani (2007), quando o trabalho é compreendido como princípio educativo, a formação não se restringe à instrução técnica: supõe articulação entre teoria e prática e implica dimensões éticas e políticas. Nesse ponto, o PPP (2025) tende a privilegiar a dimensão formal da instituição e, com isso, a secundarizar tensões e dificuldades estruturais que atravessam a história da escola.

No mesmo horizonte crítico, Batista e Müller (2021) contribuem ao indicar que determinadas configurações de educação profissional, ao priorizarem a capacitação operacional, podem reforçar desigualdades e limitar a explicitação dos sujeitos do trabalho como protagonistas do processo educativo.

No plano normativo, o Decreto nº 35.483/2014 reconhece, formalmente, o valor patrimonial do CEMEIT (cujo núcleo original remete à EIT), apresentando o tombamento sob forma jurídica e administrativa. Ainda que esse reconhecimento constitua marco relevante de preservação, ele tende a privilegiar a dimensão material do patrimônio e a linguagem da formalidade, o que pode resultar em uma memória institucionalizada e despolitizada quando o patrimônio é tratado como objeto funcional, desvinculado do processo social que lhe confere sentido. Essa distância entre memória oficial e memória social evidencia a escola como campo de disputa simbólica, em que o reconhecimento jurídico nem sempre incorpora os significados culturais e históricos mobilizados pela comunidade.

Essa tensão também pode ser compreendida quando se considera o enquadramento histórico da EIT como projeto associado ao desenvolvimentismo e às demandas imediatas do canteiro de obras de Brasília. Cazimiro, Albuquerque e

Filho (2015) permitem situar, criticamente, a formação técnica voltada à rápida qualificação da mão de obra como parte de uma lógica que pode reproduzir desigualdades estruturais, reduzindo a escola à sua utilidade produtiva e às exigências de eficiência. Nessa perspectiva, a memória da EIT tende a ser lida pelo prisma da funcionalidade técnica, e não pela densidade de seu valor histórico-social.

Em contraste, os registros midiáticos e comunitários deslocam o enquadramento da EIT do plano estritamente administrativo para o plano da memória social, do pertencimento e da resistência. A matéria do Correio Braziliense enfatiza a relação da escola com a história de Taguatinga, aproximando a instituição de uma identidade territorial e destacando a mobilização social em torno do movimento “Viva EIT”. Assim, o jornal atua como registro público de resistência, documentando que a identidade da escola se vincula à trajetória social da cidade, e não apenas à sua função formativa.

O vídeo institucional sobre o tombamento aprofunda esse deslocamento ao reunir relatos que explicitam vínculos afetivos e interpretações coletivas sobre a escola, situando a EIT como lugar de memória e patrimônio socialmente vivido. Nessa direção, a fala de P2 “participar do “Viva EIT” foi barrar esse neoliberalismo e fortificar, através de uma memória, as coisas da cidade e as coisas que são tradição do povo da cidade” (Canal E 2014) evidencia a mobilização comunitária em torno do sentido social do patrimônio.

De modo convergente, P1 afirma que “qualquer lugar onde exista ser humano, a memória coletiva dos grupos sociais vai se formando muito de forma demarcada por lugares...”, o que reforça a dimensão territorial e afetiva da memória. Esses elementos dialogam com Ciavatta (2005b), ao sugerir que a formação integral exige recuperar os alicerces do pensamento e da produção da vida, reconhecendo a história do trabalho como dimensão constitutiva da experiência educativa. Assim, a memória social da EIT se constitui não apenas como lembrança, mas como instrumento de preservação e resistência diante de tentativas de esvaziamento simbólico.

Em síntese, o enquadramento da memória da EIT organiza-se em torno de uma tensão persistente: de um lado, uma memória oficial que tende a institucionalizar a escola por meio de registros normativos, administrativos e pedagógicos; de outro, uma memória social que reinscreve a EIT como patrimônio

vivido, atravessado por pertencimento, afetividade e disputa política. Essa tensão ajuda a compreender por que o tombamento não pode ser interpretado apenas como ato formal, mas como resultado de processos sociais que reivindicam o reconhecimento público da escola como referência histórica e cultural no Distrito Federal.

A análise dos documentos institucionais, registros normativos, reportagens e narrativas comunitárias permitiu identificar diferentes formas de construção da memória da EIT. Observa-se que a memória institucional tende a enfatizar aspectos pedagógicos e administrativos, enquanto registros públicos e comunitários destacam a escola como referência histórica, cultural e afetiva para a cidade de Taguatinga. Essa leitura atende ao objetivo de examinar os diferentes enquadramentos da memória da EIT nas fontes analisadas, evidenciando que a história da instituição é construída por meio de narrativas distintas, marcadas por seleções, silenciamentos e reinterpretções ao longo do tempo.

A compreensão dessas formas de construção da memória também permite avançar para a discussão sobre o reconhecimento patrimonial da escola, analisando como essas diferentes interpretações sobre a instituição participam do processo de preservação e valorização da EIT como patrimônio cultural.

5.4 O GOVERNO, A COMUNIDADE ESCOLAR E A DISPUTA PELO PATRIMÔNIO DA ESCOLA INDUSTRIAL DE TAGUATINGA

A trajetória da EIT é atravessada por disputas em torno da preservação e do reconhecimento de seu patrimônio físico e simbólico. Essa disputa não se limita à conservação arquitetônica do espaço, ela envolve também a definição pública do que deve ser considerado patrimônio: o bem material e, também, as memórias, os vínculos sociais e a história do trabalho que conferem sentido à instituição no território. Nesse contexto, a preservação da EIT constitui um campo de disputa entre diferentes interesses e projetos, no qual o Estado, comunidade escolar e sociedade civil mobilizam argumentos distintos sobre o valor social da escola.

No PPP, a EIT é legitimada como espaço de formação e referência institucional para a cidade de Taguatinga; contudo, esse reconhecimento tende a aparecer em chave descritiva, centrada em dimensões pedagógicas e

administrativas. Assim, embora o documento reforce a relevância da escola como instituição formadora e mencione sua inserção comunitária, observa-se baixa densidade de elaboração sobre o valor histórico-social do patrimônio escolar, sobretudo no que se refere às disputas que envolveram sua preservação e aos sujeitos coletivos implicados nesse processo.

O Decreto nº 35.483/2014, ao reconhecer a escola como patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal, constitui marco normativo relevante na trajetória de preservação institucional. O texto do decreto afirma que “a antiga Escola Industrial de Taguatinga constitui bem de relevante interesse histórico e cultural, devendo ser preservada em sua integridade arquitetônica e funcional”. Ao mesmo tempo, o decreto situa o tombamento no âmbito da valorização patrimonial do conjunto que abriga o CEMEIT e o Teatro da Praça, ressaltando, sobretudo, parâmetros de preservação física e funcional do espaço.

Quando cotejado com os demais registros, é possível apreender que o tombamento é enunciado, predominantemente, como ato administrativo de proteção do bem material, com menor desenvolvimento das dimensões imateriais, sociais e políticas do patrimônio, especificamente, aquelas relacionadas à memória do trabalho e à mobilização comunitária que antecedeu o reconhecimento formal.

Desse modo, o decreto pode ser lido como formalização jurídica de um processo que, segundo os demais registros, foi impulsionado por mobilização social em defesa da escola.

- Institucionalização do Complexo

Fica criado o Complexo Cultural EIT, unidade pública estatal, instituído no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF e da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SECDF. (DECRETO Nº 35.484, Art. 1º).

- Reconhecimento formal

O Complexo Cultural EIT terá a seguinte composição: I – Centro de Ensino Médio – EIT – CEMEIT; II – Teatro da Praça; III – Biblioteca Pública Machado de Assis; e, IV – Biblioteca Braille Dorina Nowill. (DECRETO Nº 35.484, Art. 1º, § 1º)

- Foco em gestão e preservação

O Complexo Cultural EIT tem como finalidade: I – Desenvolver atividades educacionais, pedagógicas, artísticas e culturais; e, II – Formular e implantar política de reconstituição, preservação e renovação das edificações da área tombada... (Decreto nº 35.484, Art. 2º).

O tombamento das edificações da antiga Escola Industrial de Taguatinga (EIT) foi formalizado pelo decreto, oficializa a relevância histórica da escola e define o que está sendo protegido e quais os motivos.

As edificações do Centro de Ensino Médio EIT – CEMEIT e do Centro Cultural Teatro da Praça, integrantes do núcleo original da antiga Escola Industrial de Taguatinga, situadas na Área Especial nº06 Setor 'B' Norte, da Região Administrativa III - Taguatinga – DF passam a integrar o patrimônio histórico do Distrito Federal, como bens tombados, a serem conservados nos termos deste Decreto (Decreto nº 35.483, art. 1º).

Pelas fontes, o bem é nomeado e associado diretamente ao Centro Cultural Teatro da Praça, reconhecendo o complexo como um núcleo cultural e educacional unificado, fundamental para a vida da cidade. O tombamento, conforme o documento legal, não se restringe apenas às paredes e à arquitetura. Ele impõe uma série de deveres de conservação e estabelece uma área de tutela, garantindo a integridade do entorno do patrimônio e estabelece que: “A área de tutela dos bens tombados, a que se refere o artigo anterior abrange o quarteirão onde se localizam (Decreto nº 35.483, Art. 2º)”.

E, o parágrafo único deste acrescenta:

Quaisquer intervenções que porventura sejam realizadas nos bens tombados e na respectiva área de tutela, de que tratam este Decreto, somente poderão ser executadas mediante prévio parecer técnico e aprovação da Subsecretaria do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural-SUPHAC, da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. (DECRETO Nº 35.483, Art. 2º, Parágrafo único)

Essa exigência impede demolições, descaracterizações ou modificações sem a chancela do órgão competente, garantindo que o legado arquitetônico e funcionalista do prédio seja preservado para as futuras gerações. Devido a seriedade com que foi reivindicada pelo movimento “VIVA EIT”, o decreto reforça o poder do Estado na fiscalização e punição de atos que ameacem o patrimônio cultural e social da EIT.

Os registros midiáticos e audiovisuais ampliam essa compreensão ao evidenciarem a preservação do patrimônio da EIT como processo socialmente disputado. A matéria comemorativa dos 50 anos publicada pelo Correio Braziliense aproxima a história da escola da história de Taguatinga, destacando que “a história da instituição se confunde com a própria história de Taguatinga, formando gerações de trabalhadores e cidadãos (Correio Braziliense 2011)”.

Ao mobilizar depoimentos e memórias, a reportagem explicita que a defesa da escola ultrapassa a preservação do prédio, trata-se também da defesa de um

patrimônio vivido, que reúne pertencimento, memória local e reconhecimento histórico.

O vídeo institucional sobre o tombamento reforça essa dimensão, ao registrar, por meio de relatos, a mobilização da comunidade escolar e da sociedade civil em torno do movimento “Viva EIT”, acionando o patrimônio como objeto de disputa e de resistência. Nesse registro, a preservação aparece associada à permanência de espaços e equipamentos públicos relevantes para a comunidade, como ressalta a fala de P5 ao indicar que o tombamento garante a preservação da biblioteca e reduz riscos de especulação sobre os prédios, “esse tombamento garante que essa biblioteca tão importante para nossa comunidade, para nossa cultura, não saia mais daí, não tenha mais especulações a respeito dos prédios” (Canal E 2014).

Assim, a disputa pelo patrimônio da EIT evidencia a tensão entre uma lógica de preservação, predominantemente, formal, centrada na integridade arquitetônica e funcional e uma lógica de preservação socialmente situada, que reivindica a escola como patrimônio cultural vivo, constituído por memória do trabalho, identidades locais e pertencimento comunitário.

Em diálogo com Saviani (2007), ao considerar a educação como prática social historicamente situada, a escola configura-se como espaço em que se realizam processos formativos vinculados à produção e à socialização do conhecimento, cuja preservação envolve não apenas sua dimensão física, mas também as relações sociais e as experiências históricas que nela se constituem e se transformam ao longo do tempo.

Em síntese, os achados indicam que a EIT se constitui como um campo de disputa no qual se confrontam projetos de formação, regimes de memória e formas de reconhecimento social do trabalho. O cotejamento das fontes evidencia que registros institucionais e normativos tendem a produzir uma narrativa predominantemente administrativa e formal, marcada por baixa densidade de historicização e por limitada explicitação dos sujeitos sociais implicados na origem e na consolidação da escola, em especial o operário candango e seus descendentes.

Ao mesmo tempo, as evidências reunidas nas fontes permitem reconhecer contribuições formativas associadas à EIT, tanto no plano da qualificação técnica e da orientação ao mundo do trabalho quanto na produção de pertencimento e

continuidade formativa no território, ainda que o *corpus* analisado não possibilite mapear, de modo sistemático, trajetórias ocupacionais de longo prazo dos egressos.

Em contraste, a matéria jornalística e, sobretudo, os relatos mobilizados no vídeo institucional reinscrevem a EIT como lugar de memória social, no qual pertencimento, afetividade e luta coletiva se articulam ao reconhecimento do trabalho e da formação profissional como dimensões constitutivas da história local. Nessa tensão entre memória oficial e memória social, a visibilidade do trabalhador aparece como elemento decisivo: ora silenciado ou reduzido a figura evocativa, ora recuperado como sujeito histórico que participa da constituição da cidade e da própria instituição.

Por fim, a disputa pelo patrimônio explicita que o tombamento não pode ser lido apenas como ato jurídico de preservação material, mas como resultado de mobilização social e de embates em torno do sentido público da escola, isto é, sobre que memórias devem ser preservadas, quais sujeitos devem ser reconhecidos e que projeto de educação profissional se afirma quando a história do trabalho é, ou não, incorporada à narrativa institucional.

Pelos estudos realizados, foi possível perceber que a história da EIT se entrelaça com a história de Brasília, ao contrário do que muitos imaginam ela não se resume aos seus monumentos projetados por Oscar Niemeyer ou ao Plano Piloto de Lúcio Costa. Embora sua localização esteja na cidade satélite de Taguatinga, comunidade formada à época próximo a região central do canteiro de obras do novo centro administrativo do Brasil a EIT torna-se peça fundamental de um outro “canteiro” de formação profissional.

Se no momento preliminar dos nossos trabalhos era possível atrelar a história da EIT ao aspecto da sua formação profissional, com o avanço da pesquisa percebemos outras nuances da instituição de ensino no sentido da sua relevância social e cultural. Se, por um lado, em 1959, época da construção do espaço físico, a EIT adquiriu uma importância fundamental para os trabalhadores no contexto atual. Por outro, corpo docente, discente e a comunidade tiveram que defender o papel da instituição no novo contexto de educação profissional.

As análises evidenciam, ainda, que a educação profissional e tecnológica, ao longo dos anos, enfrenta dificuldades para se firmar como proposta de ensino, pois por ser diferenciada, sofre ataques por parte dos dominantes e seus interesses

políticos. No caso da EPT, percebe-se que tendia ao sucateamento da estrutura física ao longo dos anos, uma vez que não se enquadrava nas necessidades físicas e intelectuais das instituições de ensino atuais.

Os documentos sinalizam, nos governos neoliberais, uma constante valorização de obras: estradas, rodovias, bem como convênios com empresas terceirizadas voltadas para o ramo imobiliário - parcerias sempre em função do lucro de poucos. A falta de planejamento, em longo prazo, para utilização do espaço, trouxe ao poder público, a avaliação de que sua demolição seria a ação mais adequada, não importando que sua estrutura física levasse as ruínas sua história, importância cultural e social para a cidade de Taguatinga.

Esse tipo de alternativa reflete um sistema econômico que não valoriza os sujeitos sociais que compõem a comunidade escolar - gestores, professores, estudantes, funcionários e famílias -, utilizando a educação como forma de alienar a classe trabalhadora e apenas reforçar o comprometimento dos governos com metas e números do mundo capitalista.

O levante como o do movimento “Viva EIT” que culmina com o tombamento da estrutura da antiga EIT, reforça, cada vez mais, a necessidade urgente de luta por uma oferta de educação emancipadora que articule trabalho, ciência, cultura e sociedade na defesa de valores que defendam o desenvolvimento humano em sua plenitude.

A análise dos documentos normativos, das narrativas institucionais e dos registros públicos, relacionados ao tombamento da Escola Industrial de Taguatinga, evidencia que o reconhecimento patrimonial da instituição resulta de diferentes interpretações sobre seu significado histórico e social. Mais que a preservação de um edifício escolar, o processo de patrimonialização mobiliza memórias, identidades e disputas de sentido em torno da importância da EIT para a formação profissional e para a história da cidade de Taguatinga.

Essa discussão atende ao objetivo de investigar o processo de reconhecimento da escola como patrimônio cultural, identificando as mobilizações sociais e os discursos que sustentam sua preservação. Nesse sentido, a trajetória da EIT destaca tensões entre formação profissional vinculada às demandas produtivas de seu contexto de origem, memória social construída pela comunidade e

reconhecimento institucional de seu valor histórico, articulando as diferentes dimensões analisadas ao longo desta pesquisa.

Nesse percurso, a análise evidenciou que a história da EIT não se restringe à sua função institucional como espaço de formação técnica, mas se articula a processos mais amplos relacionados à organização do trabalho, à construção da memória social da cidade e ao reconhecimento da escola como patrimônio cultural.

A análise também contribui para ampliar a compreensão da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, ao evidenciar como instituições escolares podem ser analisadas não apenas em sua dimensão pedagógica, mas também como espaços de produção de memória, identidade e disputas de significados no âmbito social.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

O Mestrado Profissional tem como propósito a elaboração de um produto educacional capaz de socializar os conhecimentos construídos na pesquisa e promover o diálogo entre a produção acadêmica e a prática social. Nesse sentido, o produto educacional é fruto da dissertação de Mestrado. Nesta dissertação, o produto educacional resultante da pesquisa, se materializou em um vídeo institucional documental.

O vídeo institucional pode ser compreendido como fonte histórica na medida em que registra e representa experiências, narrativas e interpretações sobre a instituição, articulando linguagem, memória e produção de sentidos. Conforme Napolitano (2008), as fontes audiovisuais não apenas documentam acontecimentos, mas também expressam formas de ver e significar a realidade, o que permite analisá-las como parte do processo de construção histórica.

Optamos pela produção de um vídeo de curta duração, elaborado a partir das análises oriundas da investigação documental e bibliográfica. Esse formato foi escolhido por sua capacidade de articular imagem, som e narrativa histórica, aproximando-se das práticas comunicativas cotidianas de professores, estudantes e da comunidade. Por ser de curta duração, acreditamos ser mais eficaz para alcançar o público jovem.

Embora o vídeo não se restrinja ao uso didático formal, possui caráter formativo e potencial pedagógico, podendo ser utilizado tanto em sala de aula quanto em espaços comunitários, como instrumento de reflexão crítica sobre a relação entre educação, trabalho e memória social.

Título: “Escola Industrial de Taguatinga: Criação, lutas e tombamento.”

Objetivo: Socializar a história da Escola Industrial de Taguatinga e sua relação com a educação profissional, o trabalho e a memória social.

O vídeo foi produzido em formato MP4 e disponibilizado na plataforma do *YouTube*. O público ao qual se destina é a comunidade de Taguatinga: professores, gestores, estudantes, podendo ser replicado para a comunidade em geral.

Na seleção e produção das fotos que ilustrou o vídeo, procuramos selecionar fotos que pudessem retratar a origem da escola, mostrando o galpão, local que funcionava como alojamento, os estudantes nas aulas práticas, professores em

frente ao quadro negro, escola em construção, fachada da escola pronta para inauguração. No que se refere a evolução da escola, selecionamos fotos da época da reforma, sala de aula com professores e estudantes, pátio da escola, espaço onde se encontra o complexo escolar, fachada da biblioteca, regional de ensino, teatro da praça. Em relação ao movimento “Viva EIT”, selecionamos fotos da manifestação, por parte de professores, estudantes e comunidade e sem relação a foto da fachada com os dizeres: complexo cultural teatro da praça.

Procuramos documentos de domínio público: os Decretos e Portarias de Criação da criação da Escola Industrial de Taguatinga; Ato legal que fundou a EIT (ou suas antecessoras), estabelecendo seu nome, localização e objetivos iniciais. Documentos Curriculares e Regimentos: Primeiros Regimentos Internos, Matrizes Curriculares, ementas de disciplinas e planos de curso (carpinteiro, marceneiro etc.) Documentos de Extinção/Reforma, Atos que alteraram o nome da escola para CEMEIT ou modificaram drasticamente seu foco pedagógico.

Para ilustrar o vídeo, reunimos Documentos de Registro e Memória os quais ofereceram uma visão prática do dia a dia da escola: registros de matrículas e egressos, livros de registro de alunos e listas de formandos de diferentes décadas, fotos históricas, imagens das oficinas, laboratórios, salas de aula, eventos e da própria construção da escola; jornais da Época; reportagens sobre a inauguração da escola, festas, ou crises mencionadas na bibliografia.

Para falarmos sobre tombamento, reunimos decretos sobre o assunto disponíveis na internet; Decreto Nº 35.483 (Tombamento do bem) e Decreto Nº 35.484 (Criação do Complexo Cultural EIT), os documentos que falam sobre processo administrativo de tombamento, relatórios técnicos da Secretaria de Cultura, pareceres do CONDEPAC (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural) e estudos preliminares; os documentos do movimento (Associações) ofícios, manifestos, abaixo-assinados e notas públicas emitidas por associações como a *Tribo das Artes* e o SINPRO (Sindicato dos Professores do Distrito Federal).

Para a produção do vídeo recorri aos meus conhecimentos profissionais sobre técnicas voltadas para o audiovisual. Nessa etapa, formatei documentos, fotos, arquivos para o formato padrão do vídeo definido com intuito de reunir esse material para um vídeo de duração máxima de 5 minutos.

A narração foi realizada por mim. Em relação à trilha sonora, foi escolhida apenas para pano de fundo da narrativa, tendo em vista que o mais importante era enfatizar o conteúdo que, no caso da EIT, trata-se de uma história que desperta curiosidade por parte da comunidade local, por se tratar de uma instituição de ensino que nasceu junto com a cidade. Toda trilha sonora utilizada possui domínio público. A narração do documentário foi feita via “off”, ou seja, de uma voz de fundo lendo um texto definido.

Na narração, utilizei os dados adquiridos sobre a pesquisa bibliográfica, que trouxeram a teoria sobre a história da Escola EIT, os fundamentos sobre a importância histórica para a construção de Brasília, as mudanças do público, saindo do perfil técnico profissional para o ensino regular, como instituição de nível médio, além da história do movimento viva EIT e seu processo de tombamento, transformando o espaço no Complexo Cultural EIT.

O enredo e a narração, por si só, não trouxeram novidades para a educação profissional, mas a forma como foram contextualizadas e distribuídas no vídeo, poderá se constituir em importante contribuição para a educação, por trazer uma nova perspectiva, um outro olhar, que parte dos profissionais da escola, em defesa de um patrimônio que simboliza, muito mais que uma instituição construída às pressas para garantir a construção da capital federal, mas um patrimônio que marcou a história de Taguatinga, pela forma como foi defendida pela comunidade onde ela se encontra atualmente.

Esperamos que o vídeo institucional documental sobre a EIT, seja muito mais que fatos e linhas cronológicas, mas o fortalecimento do seu caráter social, cultural e histórico, para a defesa de uma educação que parte do trabalhador e está em função dele.

Para acesso ao conteúdo do vídeo ele está disponibilizado no *YouTube*, através do link <https://youtube/kUWHVTYT5Js>

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, analisamos, com base nas produções acadêmicas recentes e em fontes documentais, a trajetória histórica da EIT, focalizando a formação para o trabalho durante e após a construção de Brasília, no sentido de compreender as interpretações acerca da atuação da instituição na formação do trabalhador, na memória social da cidade de Taguatinga e em seu processo de reconhecimento como patrimônio cultural.

Compreendemos a contribuição da EIT para Educação Profissional e Tecnológica, como a primeira escola de formação voltada para os trabalhadores que vieram construir Brasília e conseguiram adquirir conhecimento para realizar suas funções. A pesquisa evidenciou que foi oferecido para os profissionais da época era uma capacitação técnica imediatista, sem uma preocupação com a formação humana integral.

Porém, por meio da análise de dados qualitativos, da revisão bibliográfica e análise documental constatamos que, posteriormente, à construção de Brasília, a escola passou a fazer parte da Fundação Educacional do Distrito Federal, adquirindo um caráter mais pedagógico, mas não necessariamente uma formação integral, contínua e voltada para o ser humano na sua dimensão social, cultura, política e econômica.

O envolvimento de professores, estudantes e comunidade escolar, juntamente com os moradores da cidade de satélite de Taguatinga foram fundamentais para o fortalecimento da EIT para além da formação acadêmica, mas, principalmente, de um espaço de luta de classes, devido ao enfrentamento do poder público que desejava entregar o espaço físico para a especulação imobiliária.

Dessa forma o movimento “Viva EIT” representou a consolidação da escola o um marco em defesa do patrimônio cultural de Taguatinga, com a concepção do Complexo Cultural EIT.

O vídeo institucional documental, intitulado “Memórias e Narrativas: A Escola Industrial de Taguatinga do Distrito Federal e a Formação para o Trabalho”, apresenta a história da EIT e sua relação com a formação profissional, o trabalho e a memória social.

Espera-se que o vídeo contribua não apenas para o conhecimento da comunidade escolar do CEMEIT, sobre o legado da escola, mas também para a comunidade de Taguatinga avivar sua memória de pertencimento, conhecendo as lutas sociais, travadas pelos movimentos organizados, já que traz a oportunidade de análises críticas a partir da instituição em confronto com a realidade dos pensamentos dos governantes à época da construção de Brasília e hodiernamente. O produto audiovisual servirá também como material de apoio para novas pesquisas sobre o tema.

Destacamos ainda, o papel da educação profissional ao longo da história, à medida que evidencia como o ensino voltado para os trabalhadores foi ofertado durante a construção da capital federal e até onde as políticas governamentais evoluíram para uma educação capaz de atender a formação do ser humano em todas suas dimensões.

Por fim, sugerimos, para pesquisas futuras, a investigação dos egressos e gestores, suas experiências pedagógicas, visando à compreensão da evolução pedagógica da educação profissional, bem como a busca de professores e estudantes da comunidade de Taguatinga para entender os reflexos do tombamento do espaço físico da EIT e do Complexo Cultural EIT. Assim a Escola continuará contribuindo para realidade social dos trabalhadores e, conseqüentemente, para uma Educação Profissional e Tecnológica em consonância com uma sociedade mais justa e igualitária.

8 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha. **Percurso histórico do ensino profissional no Brasil – da Colônia ao início do século XXI**. Espaço Acadêmico, Maringá, v. 21, n. 287, 2021.

BRECHT, B. **Perguntas de um trabalhador que lê**. 1935 Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br>. Acesso em 05/06/2023.

Canal E. Tombamento e Criação do Complexo Cultural EIT. [Vídeo]. Youtube, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fHaETMMzFww>. Acesso em 17 de agosto de 2025.

CASTRO, Cleber Augusto Trindade; TAVARES, Maria Goretti da Costa. A patrimonialização como processo de produção social do espaço urbano. **Revista de Geografia (UFPE)**, Recife, v. 32, n. 2, p. 19-35, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://share.google/BGluav7znNi3kaACN>. Acesso em: 14 abr. 2025

CAZIMIRO, Josenilde Lima; ALBUQUERQUE, Julie Christhiane Pereira; FILHO, Paulo Solino Dos Santos. QUEM SOMOS? “**Resgatando a Identidade do Docente Através da Arte Docência**”. Universidade de Brasília Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECADI. III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA/ 2014-2015. Brasília, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2R3fc1h>. Acesso em 15/08/2024.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade**. Niterói: UFF, 2002.

CIAVATTA, Maria. Arquivos da memória do trabalho e da educação e a formação integrada. **Sociedade Brasileira de História da Educação**, 2003.

CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada a Escola e o Trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, 3(3). 2005a. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>. Acesso em 16/08/2024.

CIAVATTA, Maria. **Memória e trabalho: a educação dos trabalhadores e a educação profissional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2005b.

CORREIO BRAZILIENSE. **Centro de Ensino Médio EIT (Cemeit) de Taguatinga comemora meio século**. 2011. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/05/11/interna_cidade_sdf,251643/centro-de-ensino-medio-eit-cemeit-de-taguatinga-comemora-meio-seculo.shtml. Acesso: 27. Jul. 2024.

DEL ROIO, Marcos. Marx e o trabalho como princípio educativo. **Revista Trabalho & Educação**. Belo Horizonte. v.24, n.1, p.157-172, jan-abr. 2015.

DISTRITO FEDERAL. **Brasília, uma história de amor de Ernesto Silva**. Agência Brasília, 2019.

DISTRITO FEDERAL. v.II, 1985; p.409; DODF; SINJ-DF.

EIT. **Tombamento e Criação do Complexo Cultural EIT**. [Vídeo]. Youtube, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fHaETMMzFww>. Acesso em 17 de agosto de 2025.

FRIGOTTO, G. (1996). **A Produtividade da Escola Improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1996.

GOMES, Lindauro. 60 anos, 60 Histórias: Educação para os filhos deste solo. **Jornal de Brasília 60 anos**. Publicado em 25/03/2020. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/60anos/educacao-para-os-filhos-deste-solo/> Acesso em 13 ago. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e educação profissional**: a reforma do ensino médio e a educação profissional. São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social**. 2 S. Paulo: Boitempo, 2013.

MESQUITA, Rodrigo Teles. **Usos do espaço**: identidade cultural e noção de pertencimento em Taguatinga (DF), 2019.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci e a educação**. São Paulo: Cortez, 2010.

MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Primeiras Escolas**; 2017. Disponível em: <http://www.museudaeducacao.com.br/cte-40/primeiras-escolas>. Acesso em: 15 ago. 2024.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 235-290.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Revista Projeto História, n. 10, São Paulo: PUC-SP, 1993.

NOVAES, Henrique Tahan; MACEDO, Rogério; CASTRO, Fábio (org.). **Introdução à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Lutas Anticapital, 2019. 444p. Disponível em: <https://lutasanticapital.com.br/products/pdf-introducao-a-critica-da-economia-politica?pos=1&sid=9c59cf889&ss=r>

OLIVEIRA, Leila Maria de Jesus. **“Pegadas” Históricas**: educação de pessoas trabalhadoras no Distrito Federal (1957 a 1998) [manuscrito], 2022.

OLIVEIRA, Nelson. O Trabalho que deu! **Revista Senado**. Publicado em 30/04/2020. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/04/brasilia-60-anos-2014-candangos-na-construcao-da-capital>. Acesso: em 25 ago. 2024.

PASQUALLI, Roberta. No princípio era o trabalho... o trabalho como princípio educativo. v. 27, n.1. **Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, 2022.

PEREIRA, Alexandre Macedo. DOLCI, Luciana Netto. COSTA, Leila Salles da. Trabalho Ontológico e o processo de trabalho no modo de produção capitalista nas atuais exigências da realidade do Brasil. v. 2, n. 14. **Revista Magistro**,

PEREIRA, Eva Waisros. **Fontes documentais para história da Educação de Brasília**, 2015. Disponível em: <https://eheco2015.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/09/fontes-documentais-para-a-histc3b3ria-da-educac3a7c3a3o-de-brasc3adlia.pdf> Acesso em: 05 ago. 2024.

PINTO, Viviane Fernandes Faria; MULLER, Fernanda e ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Entre o passado e o presente: Contrastes de acesso à educação Infantil no Distrito Federal. **Educ. Rev.** [online]. 2018, vol.34, e187179. Epub 20-Set-2018.

Projeto Político e Pedagógico - **PPP do CEMEIT** (2025).

RAMOS, Marise Nogueira. Concepções de educação profissional e tecnológica. Brasília: **SENAI/DN**, 2007.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado à educação profissional**. Natal: Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, 2007.

REIS, Vanessa de Paula; CORDEIRO, Lucilene Dias. Escolas pioneiras de Brasília: A instalação das primeiras instituições educacionais até a inauguração da nova capital. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 160-166, mar. 2020.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Há 60 anos, Brasília não tinha nada, mas já tinha escolas. **Agência Brasília**, 2020. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br>. Acesso em: 03 ago. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Uma viagem na história da Educação do DF**. Site da Secretaria de Estado de Educação

do Distrito Federal, 2021. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br>. Acesso em: 03 ago. 2024.

SILVA, Ernesto. Plano Educacional. **História de Brasília**. 2a ed. Brasília: Senado Federal, 1985.

SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima. História da educação profissional no Brasil: do período colonial ao governo Michel Temer (1500-2018). **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n. 1, p. 73-101, 2021

SOUZA, Edilson. Um plano educacional para um novo tempo: Anísio Teixeira e as escolas classe/escola parque de Brasília. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/13654/9674>. Acesso em 03 ago. 2024.

SOUZA, Francisca Leidiana de. NETA, Olívia Moraes de Medeiros. O Governo Juscelino Kubitschek e a Educação (1956- 1961). **Cadernos GPOSSHE On-line**, Fortaleza, v. 6, n.2, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHe>. Acesso em 12 ago 2024.

VIEIRA, Renata Bezerra de Sousa. FEITOSA, Nayara Fernanda Magalhães. Trabalho na relação sociedade x indivíduo: Da ontologia do ser social aos reflexos no mundo dos homens. **VI seminário CETROS: Crise e mundo do trabalho no Brasil desafios para a classe trabalhadora**. 22,23 e 24 de agosto de 2018 – UECE.

SANTOS, Wander. Brasília 60 anos - **Trabalhadores na construção de Brasília**. Youtube, 21 de abr. de 2020. Disponível em: < <https://youtu.be/pqy7Jqw0S4U>>. Acesso em: 24 de jul. 2023.

9 APENDICES – PRODUTO EDUCACIONAL (VÍDEO)



Este produto educacional
é resultado de uma pesquisa
realizada na linha de Organização e Memórias de Espaços
Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica
(EPT), desenvolvida sobre a Escola Industrial de Taguatinga,
no ano de 2025.

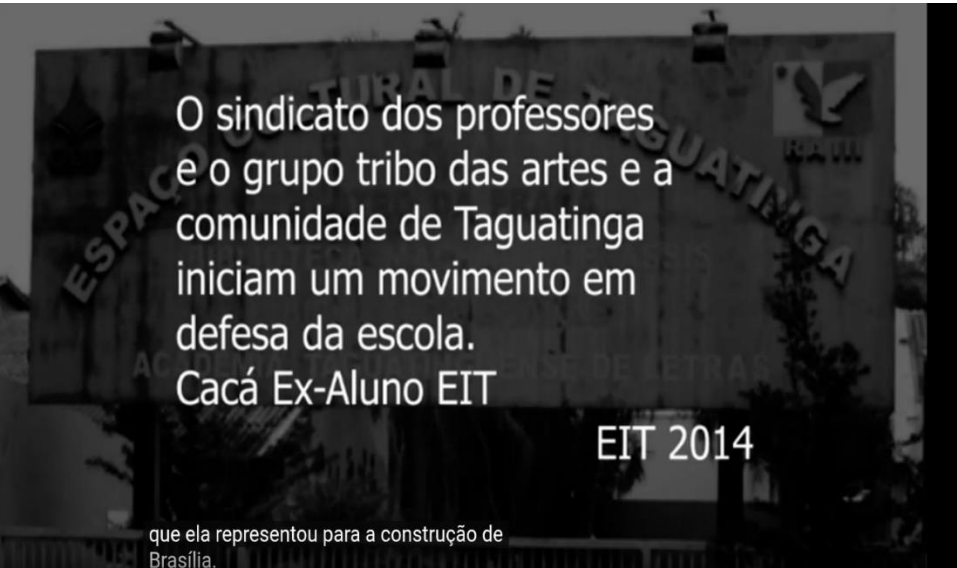
Está vinculado à pesquisa de mestrado intitulada:
Memórias e Narrativas: A Escola Industrial de Taguatinga e
a formação para o trabalho.

Imagens

Arquivo Público do Distrito Federal

Vídeo EIT – Canal E – SEDF

Giselle Resende Soléo dos Santos



O sindicato dos professores
e o grupo tribo das artes e a
comunidade de Taguatinga
iniciam um movimento em
defesa da escola.

Cacá Ex-Aluno EIT

EIT 2014

que ela representou para a construção de
Brasília.



trabalhavam o dia todo entrando pela
noite, foram seus filhos que conseguiram

10 ANEXOS

ANEXO I – TERMO DE COMPROMISSO DOS PESQUISADORES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Termo de concordância

O Campus Ceres do IF Goiano, declara anuência e aceite ao pesquisador Wanderley dos Santos Soléo para desenvolver o seu projeto de pesquisa, "Mémórias e Narrativas: A Escola Industrial de Taguatinga/Distrito Federal e a formação para o trabalho", sob a orientação da professora Professora Dra. Fátima Suely Ribeiro Cunha (Suely). Esta autorização está condicionada ao cumprimento do(a) pesquisador(a) aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades. Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Ceres, 21 de maio de 2025.

Documento assinado digitalmente
ADRIANO HONORATO BRAGA
CPF: 09.390.624-00-000000000
verifique em: https://gov.br/nf/gov.br

Adriano Honorato Braga
Diretor responsável do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres

Documento assinado digitalmente
WANDERLEY DOS SANTOS SOLEO
Data: 22/05/2025 12:36:25 -3303
verifique em: https://gov.br/nf/gov.br

Wanderley dos Santos Soléo
Pesquisador Responsável pelo protocolo de pesquisa

ANEXO II – CARTA DE ANUÊNCIA CEMEIT

Secretaria
de Educação



Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga
Centro de Ensino Médio Escola Industrial de Taguatinga – CEMEIT

Termo de concordância

O Centro de Ensino Médio de Taguatinga - EIT, declara anuência e aceite ao pesquisador Wancierley dos Santos Soléo para desenvolver o seu projeto de pesquisa, "Mémórias e Narrativas: A Escola Industrial de Taguatinga/Distrito Federal e a formação para o trabalho", sob a orientação da professora Professora Dra. Fátima Suely Ribeiro Cunha (Suely). Esta autorização está condicionada ao cumprimento do(a) pesquisador(a) aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades. Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Taguatinga, de de 2025.


Gabriel Souza Rodrigues
Diretor

Centro de Ensino Médio Escola Industrial de Taguatinga – CEMEIT


Wancierley dos Santos Soléo
Pesquisador Responsável pelo protocolo de pesquisa

ANEXO III – CARTA DE REVISÃO ORTOGRÁFICA

CARTA DE REVISÃO ORTOGRÁFICA

Declaro, para os devidos fins, que realizei a revisão ortográfica e linguística da dissertação de mestrado profissional, intitulada **HISTÓRIA DA ESCOLA INDUSTRIAL DE TAGUATINGA E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA**, de autoria de **WANDERLEY DOS SANTOS SOLÉO**, apresentada à Diretoria de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal, ofertado pelo *Campus Ceres* do Instituto Federal Goiano que a dissertação como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

A revisão contemplou aspectos relacionados à ortografia, acentuação gráfica, pontuação, concordância verbal e nominal, regência, adequação vocabular, clareza e correção gramatical, observando-se, quando pertinente, as normas vigentes da língua portuguesa e as orientações de normalização acadêmica adotadas pela instituição.

Foram realizados os ajustes linguísticos necessários, preservando-se o conteúdo técnico, científico e autoral do trabalho, bem como a organização e o sentido originalmente propostos pelo autor.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos necessários.

Uruaçu - Goiás, 15 de setembro de 2026

Documento assinado digitalmente
 **CIRLENE PEREIRA DOS REIS ALMEIDA**
Data: 15/09/2026 12:07:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Cirlene Pereira dos Reis Almeida
(Revisora)